

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

O Presidente denuncia projecto de poder pessoal do Primeiro Ministro



Destaques:

Conselho Nacional do PSD

Pag. 2 e seguintes

Que se passa com a Escola Portuguesa em Macau?

Em "Actividades do PSD"

Emigração do PSD em luta aberta contra a extinção de Consulados

Em "Emigração"

Conselho Nacional do PSD

O Presidente Luís Marques Mendes denuncia projecto pessoal de poder indiciado pela acção de Sócrates no Governo

No Conselho Nacional, que teve um elevado número de presenças dos Conselheiros, o Presidente centrou a sua intervenção, perante os conselheiros nacionais num balanço deste ano de Governo e de Oposição, lançando duras críticas ao Primeiro-ministro José Sócrates.

“Não está em curso nenhum projecto de mudança verdadeira do país, está em curso, sim, um projecto de poder do engenheiro Sócrates. Nem é tanto do PS, é mais um projecto de poder pessoal do Primeiro-ministro”, criticou.

Para o líder do PSD, são três as áreas essenciais onde esse “projecto de poder” é visível: na Justiça, nos centros de decisão económica e na Comunicação Social.

Marques Mendes recordou as principais bandeiras do PSD em 2006, destacando o combate à corrupção, área em que o partido apresentou quinta-feira um projecto-lei centrado na corrupção desportiva.

“Este é um combate essencial no desporto e fora dele. É o combate pela ética na política e na sociedade”, disse, acusando o Governo de não ter preocupação pela ética e não ter verdadeira vontade de combater a corrupção.

“Talvez agora se percebam melhor as propostas que o Governo fez para escolher o novo Procurador-Geral da República antes da eleição do novo Presidente da República: mais do que que investigar, a preocupação era controlar”, acrescentou.

O líder social-democrata apresentou também a agenda do partido para 2007, centrada em seis temas.

Na área da economia, o PSD prevê três grandes iniciativas: uma conferência internacional sobre o estado da economia portuguesa, um encontro nacional de empresários e um “encontro inédito” a nível nacional, de sindicalistas.

A pensar na presidência portuguesa da União Europeia, que se realiza no segundo semestre de 2007, o PSD irá organizar no primeiro semestre do ano uma conferência internacional sobre o futuro da Europa.

“A Europa não pode continuar como está, parada, sem estratégia, ambição e objectivos”, afirmou Marques Mendes.

Marques Mendes prometeu ainda para o próximo ano iniciativas nas áreas da saúde, energia - estão previstos três seminários -, interior do país e cidades.

Perante os conselheiros nacionais,



o líder do PSD reafirmou a posição oficial do partido no referendo sobre aborto - liberdade de voto e de participação em movimentos, pró ou contra, para os militantes sociais-democratas - e garantiu que, em breve, serão anunciados os 16 presidentes dos grupos de trabalho que irão concretizar a revisão do programa do PSD.

Miguel Macedo faz “ponto de situação” do Conselho

Em declarações proferidas quando o Conselho Nacional do PSD ainda decorria, o Secretário-geral salientou à comunicação, não ter ouvido “qualquer reparo substantivo” em relação ao diagnóstico e propostas feitas por Marques Mendes.

Miguel Macedo anunciou que o PSD irá organizar, no próximo ano, uma conferência internacional sobre corrupção, depois do presidente Marques Mendes ter afirmado que “o Governo actual não tem preocupação pela ética e não tem vontade de combater a corrupção”.

O Secretário-geral reiterou as prioridades enumeradas pelo líder do PSD para 2007, que serão objecto de

conferências, seminários e iniciativas legislativas: economia, saúde, energia, Europa, interior do país e cidades.

“São estas as prioridades e preocupações da agenda do PSD que mereceram a concordância generalizada dos Conselheiros Nacionais do partido”, sublinhou Miguel Macedo.

Na reunião, os conselheiros aprovaram ainda, por unanimidade, o orçamento do PSD para 2007.

Comunicado final do Conselho Nacional

Foi também o nosso Secretário-Geral que deu conhecimento à Informação, do Comunicado Final, que tem a seguinte redacção:

1. O Conselho Nacional discutiu e aprovou por unanimidade o Orçamento para 2007.

2. O Presidente do Partido fez um balanço da vida nacional durante o ano de 2006 e também um balanço sobre a actividade partidária. Por outro lado deu a conhecer as linhas fundamentais de intervenção para 2007, destacando-se as seguintes prioridades para o próximo ano:

a) **Crescimento económico e desenvolvimento social.** Este é o combate essencial. O Governo não tem

estratégia económica, por isso, Portugal afunda-se. A nossa estratégia é clara - reformar o Estado, estimular o investimento, apoiar as PME, criar uma taxa reduzida de IRC. Só assim criaremos riqueza.

Em 2006, apresentamos esta estratégia. Em 2007 vamos desenvolvê-la e aprofundá-la. Promoveremos uma Conferência Internacional sobre o Estado da Economia e Encontros sistemáticos com Empresários e Sindicatos, para mobilizar as forças produtivas da sociedade.

Entre outras iniciativas promoveremos uma Conferência Internacional sobre a Corrupção.

b) **Saúde** - o PSD dará uma prioridade especial à Saúde e apresentará propostas alternativas, a exemplo do que já fez nas áreas da Educação e Segurança Social.

c) **Energia** - até Junho de 2007, o PSD apresentará uma documento estratégico sobre o futuro da energia que está a ser preparado.

d) **Europa** - iremos organizar uma importante Conferência Internacional sobre o Futuro da Europa. A discussão sobre a Europa não nos pode passar ao lado. Não nos podemos rever nesta Europa parada, imobilista, sem estratégia, sem alma e sem ambição.

e) **Interior do País** - iremos apresentar um programa específico



virado para o desenvolvimento do Interior do País, à semelhança do que fizemos com o Programa de apoio às PME.

f) As Cidades - Será organizado um programa de acções destinado a reflectir sobre os mais importantes problemas que afectam a vida nas cidades. O PSD quer ser o referencial das preocupações do ordenamento, da insegurança e da exclusão nas grandes cidades.

Marques Mendes proferiu o discurso de abertura do Conselho

A abertura dos trabalhos foi feita pelo líder do PSD, que afirmou:

O BALANÇO

1

Estamos em fim de ano. Este é um tempo de balanço e um tempo para falar de futuro.

Comecemos pelo balanço e comecemos pelo País.

Ao fim de quase 2 anos de Governo, Portugal vive numa encruzilhada.

a) Encruzilhada na economia. Este é o ponto central. A economia não cresce. Portugal não consegue criar riqueza. A Europa já está em recuperação económica e Portugal não a consegue acompanhar. Há 7 trimestres consecutivos que o investimento está a baixar. Estamos a crescer muito pouco, menos de metade da média Europeia.

E corremos o risco de esta tendência continuar até ao fim da década.

Isto tem consequências e tem responsáveis.

A consequência é estarmos cada vez mais longe da Europa. Já fomos o 14º País no Ranking Europeu. Agora somos o 17º. Em 2008 vamos baixar para 19º. Ultrapassados pela Estónia e por Malta.

Ou damos a volta a esta situação

ou corremos o risco de nos tornarmos um País irrelevante.

De quem é a responsabilidade? Da falta de estratégia económica do Governo. Este Governo tem ideias avulsas. Mas não tem uma estratégia económica. Não tem objectivos, não tem políticas e por isso não tem resultados. Prometeram pôr Portugal a crescer mais do que a Europa e sucede o oposto - estamos a um passo curto de ter o período de divergência da Europa mais longo e mais grave da nossa história contemporânea.

b) Encruzilhada na reforma do Estado. Esta é uma reforma decisiva. A reforma das reformas. Sem termos um Estado mais pequeno, com menos funções e melhor organizado não vamos a lado nenhum. Podemos tapar alguns buracos, mas não resolvemos o essencial - e o essencial é que temos despesa a mais e competitividade a menos.

Ao fim de 2 anos não há qualquer reforma do Estado. O Prace nem vê-lo; o Simplex é uma brincadeira; no entanto nada de estrutural é mudado.

Consequência: a despesa pública continua a aumentar. Em 2007 aumenta em termos nominais, em termos reais e em termos absolutos. É a mais alta de sempre. Bate o recorde.

Vai-se cumprir o défice da pior forma possível. A custa de mais receita, não pela via da redução da despesa. À custa de mais impostos, não pela via do emagrecimento do Estado.

Isto é tudo o contrário do que deve ser feito. Sócrates segue a mesma receita de Guterres. Assim, não há crescimento económico. Assim Portugal não vai lado nenhum.

c) Encruzilhada no domínio social. É habitual falar-se muito da economia. E bem. Mas um Partido como o nosso tem de valorizar a dimensão social.

E a verdade é que, pela mão de um Governo Socialista as desigualdades sociais agravam-se. Os desequilíbrios



regionais aumentam.

Só há uma preocupação no Governo: aumentar impostos. Todos os impostos. Sempre mais impostos.

É a classe média sempre fustigada com mais impostos.

São os mais pobres e carenciados que pagam mais taxas e contribuições.

São as PME, cada vez mais o parente pobre da economia.

É o interior do País cada vez mais desertificado e o litoral cada vez mais massificado.

A Segurança Social não se reforma. Remenda-se à espera de nova reforma. Sempre a diminuir pensões.

Na saúde é tudo caótico. Assim, temos uma Saúde cada vez mais cara, mais difícil e mais longe dos cidadãos.

Na Educação, passado a frenesim do Governo, tudo ficará ainda pior.

Conclusão: Neste Governo há retórica a mais e propaganda a mais. Mas há mudança a menos, justiça social a menos, e sensibilidade social a menos.

d) Assim, Portugal está a cair num impasse. Um impasse grave.

Durante algum tempo o Governo ainda consegue disfarçar. Com propaganda, com controlo, descortinando bodes expiatórios, virando uns contra os outros, atacando este e aquele sector da sociedade para fazer despertar o sentimento de inveja nacional.

Mas passado algum tempo, o impasse é incontornável. Portugal não anda para a frente. Marca passo e anda para trás. Não resolve nenhum problema no presente. Adia, compromete e hipoteca o seu futuro.

Não está em curso nenhum projecto de mudança profunda e verdadeira no País. Está em curso sim um projecto de poder do Eng. Sócrates. Nem é tanto do PS. É sobretudo um projecto de poder pessoal do Primeiro Ministro. Começou na Caixa Geral de Depósitos e tem 3 áreas privilegiadas de controlo: a Justiça, os principais centros de decisão económica e a Comunicação Social.

Os nossos combates

2

Por isso também travámos ao longo deste ano alguns combates essenciais.

- Em matéria económica apresentámos a nossa estratégia

alternativa.

Com um objectivo claro - crescer 3% ao ano;

Com políticas diferentes - na reforma do Estado, no estímulo ao investimento, no apoio às PME, na criação de uma taxa reduzida de IRC.

Esta é a estratégia correcta para fazer o País crescer e sair da crise. O Governo está de braços caídos. Nós temos de ter ambição.

- Em matéria social, apresentámos propostas de reformas importantes, na Segurança Social e na Educação. São cortes com os modelos tradicionais. O País precisa de rupturas.

Não foram agora aprovadas. Sê-lo-ão no futuro. É uma questão de tempo.

O Governo quer sempre mais do mesmo. Nós queremos mesmo mudar. Um País que não muda, perde.

- Em matéria da Justiça, apresentámos propostas importantes, de fundo, lutámos por um Pacto da Justiça, conseguimos alcançá-lo e não descurámos, com iniciativas concretas, o combate à corrupção.

Este é um combate essencial. No desporto e fora dele. É o combate pela ética na política e na sociedade.

Desde sempre o disse. De forma clara, assumi-o nas eleições autárquicas.

O Governo não tem preocupação pela ética e não tem vontade de combater a corrupção. Talvez agora se perceba melhor a vontade e as propostas que o Governo fez para, antes da eleição do actual Presidente da República, escolher um novo Procurador-Geral da República. A preocupação mais do que investigar, era controlar. Mas este combate têm que ser feito - no desporto e fora dele - mesmo contra a vontade do Governo.

Esta é uma área prioritária da nossa intervenção política. Um País saudável só ganha em fazer um combate a sério à corrupção. É também por isso que não desistiremos e já no início de 2007 organizaremos em Portugal uma Conferência Internacional de combate à corrupção.

E travámos combates difíceis na Lei das Finanças Locais e na Lei das Finanças Regionais.

Travámos estes combates por 2 razões essenciais:

- Primeiro - Porque são duas leis injustas;

- Depois - Porque representam ataques directos e claros ao PSD. Aos



autarcas do PSD, ao PSD Madeira e ao PSD no seu conjunto.

Nestas duas questões não está em causa uma querela qualquer. Estão, sim, em jogo, duas questões essenciais:

Primeiro - Por detrás de muita propaganda está em causa a vontade do Governo de reduzir a autonomia do Poder Local e de limitar as Autonomias Regionais.

É o espírito jacobino, centralista e controlador do Governo.

Não contem connosco para isso. Mesmo que estes combates sejam politicamente incorrectos. Eu prefiro ser politicamente verdadeiro.

Segundo - Para o Eng. Sócrates há um critério - onde há PSD há que atacar. É no Poder Local, é na Madeira, é também agora no Metro do Porto.

Sou sério mas não sou ingénuo. Conheço muito bem as intenções.

O PM ainda não engoliu a derrota autárquica. Não consegue digerir a força do PSD na Madeira. E tudo faz para, à custa da instrumentalização do Estado tentar satisfazer os seus apetites pessoais, políticos e partidários.

No caso da Madeira tive muitas pressões. Para não ir. Que pagaria um preço alto. Que sofreria fortes ataques políticos e pessoais.

Mas fui e não me arrependo. Voltaria a fazer. Na Madeira ou e qualquer outro lado.

Quero que saibam: quando são feitos ataques ao PSD, aos seus dirigentes ou militantes, ainda por cima injustos, o líder do Partido não fica de lado nem fica de fora.

Nesses casos, o líder é mesmo o primeiro a dar a cara.

A solidariedade e o exercício da liderança são isso mesmo. A coragem de não virar a cara à luta.

O Futuro
3

É com esta mesma determinação que encaramos o futuro.

Temos a nossa própria agenda política para o próximo ano. Preparada e calendarizada.

Quero o Partido a fazer política como deve ser. Com sentido estratégico. Com cabeça, tronco e membros. Não gosto de fazer política a retalho, de forma taticista, em função dos humores do momento.

Dessa agenda quero hoje destacar o seguinte:

Há 6 temas que merecerão a nossa atenção prioritária em 2007, no plano do combate político e da apresentação de propostas alternativas:

- O crescimento económico e o desenvolvimento social - começámos este combate em 2006 vamos desenvolvê-lo em 2007. Realizaremos, além do mais, uma grande Conferência Internacional, subordinada à ideia de como vamos fazer crescer a economia, um Encontro Nacional de Empresários e um outro Encontro Nacional com



Sindicalistas e outros representantes do mundo trabalho.

- A Saúde - temos que ser capazes não apenas de denunciar, mas também de ajudar a construir uma Saúde diferente e melhor. Fizemo-lo na Segurança Social e na Educação. Vamos fazê-lo na Saúde. Organizaremos, além do mais, um Encontro Nacional com as IPSS.

- A Energia - é um grande tema, do presente e do futuro. Na sequência de um trabalho do Gabinete de Estudos, vamos fazer propostas públicas importantes, realizar 3 grandes Seminários e colocar as nossas propostas em debate público;

- Europa - as questões Europeias não nos passarão ao lado. Elas são essenciais para Portugal. E para um Partido de poder como o nosso.

Esta Europa tem de ser publicamente debatida. Não nos podemos resignar perante esta Europa parada, sem ambição, sem alma, sem objectivos, sem estratégia e sem líderes de governo que a impulsionem.

Há opções a fazer. Queremos discuti-las e tomar posição. Por isso organizaremos em 2007 uma importante Conferência Internacional sobre o Futuro da Europa.

- O interior do País. É um tema que não está na agenda política. Mas vai passar a estar. É um tema demasiado importante para ser esquecido. O Governo despreza o interior. Nós valorizamos o interior, porque valorizamos a componente económica, social e cultural que ele representa. Tal como fizemos com as PME, apresentaremos em 2007 um Programa Específico virado para o desenvolvimento do Interior do País.

- As cidades - viver nas cidades, em particular nas grandes cidades, é muitas vezes um drama. Um drama de falta de condições e de qualidade de vida. Um drama em matéria de segurança. Um drama em termos de exclusão social.

Pois bem. Em 2007, vamos dedicar

a esta temática a atenção e a prioridade que ela merece, com a ajuda inestimável dos nossos autarcas.

É um outro grande desafio. Mas nós gostamos de desafios assim - grandes, mobilizadores e estimulantes.

Para além destas prioridades, para além destas iniciativas, e para além do combate político do dia-a-dia, temos a grande tarefa da revisão do Programa do nosso Partido.

Já começou, sob o comando do Dr. Francisco Balsemão.

Vai decorrer durante todo o ano de 2007. Abrimos com uma grande Conferência no Porto, segunda-feira, realiza-se a segunda, na Guarda, e até ao fim de 2007 temos mais 17 - uma em cada Distrito e Regiões Autónomas.

Mais: nos próximos dias anunciaremos os 16 Presidentes de Grupos de Trabalho que - integrando cada um cerca de 30 pessoas, do Partido e fora dele - vão dirigir a tarefa específica de discutir e aprovar as mudanças em concreto a fazer ao texto do nosso Programa.

Ninguém será excluído. Todos serão chamados a participar. O Programa do PSD é o traço de união entre todos os Sociais-Democratas.

Conclusão

Aqui têm, Senhores Conselheiros, uma parte relevante da nossa agenda política para 2007.

É muito trabalho. Mas só com trabalho se vence.

É trabalho para todos. O Partido é de todos e todos são importantes para o Partido.

É trabalho credível. A credibilidade é essencial na vida política. E ganha-se credibilidade tendo respostas concretas para problemas concretos e pessoas concretas.

É trabalho organizado, com sentido estratégico, com visão de futuro, de forma sólida e sustentada. Só assim ganharemos o respeito e a confiança dos Portugueses.

(...) E já a terminar, Marques Mendes afirmou que vivemos uma legislatura atípica. É a primeira vez que somos oposição a um Governo de maioria absoluta. Temos pela frente o ciclo mais longo de um Governo. Quase cinco anos e sem nenhuma eleição pelo meio. E confrontamo-nos com um Governo que é o mais controlador da nossa história democrática. A começar e a acabar no brutal controlo da Comunicação Social.

E sublinhou: É um período árido e cheio de dificuldades. Para vencer temos que ser especialmente exigentes. Precisamos de lucidez e persistência; precisamos de nos concentrarmos no essencial e não perder tempo com o acessório; precisamos de ter bem a noção de quem são os nossos adversários e os nossos aliados.

Por mim está decidido. Há muito tempo. Estou ao lado dos militantes e à frente do partido. Não faço o jogo dos nossos adversários. Foi para isto que os militantes me escolheram. É isso o que desde o início estou a fazer.

/.../ Foi assim que até agora ganhámos tudo o que havia para ganhar.

- Ganhámos as autárquicas, quando poucos acreditavam.

- Ajudámos a ganhar as presidenciais, quando muitos desconfiavam.

- Obrigámos o PS a ceder como foi no Pacto da Justiça ou na nomeação do PGR, quando ninguém acreditava.

- E não há razão nenhuma para não acreditarmos que é possível ganhar em 2009. Hoje a insatisfação com o Governo já é grande. Em 2009 corre o risco de ser uma enorme desilusão.

A nossa tarefa é esta. Temos que estar preparados para voltar a merecer a confiança dos Portugueses.

Isto faz-se com unidade, solidariedade, lucidez, coragem e determinação. Na base de uma agenda bem definida. Com muito trabalho. A pensar em Portugal. Apostando nos Portugueses! Fonte: - Gab. Pres. PSD

Marques Mendes “revoltado” com aumento de “boys” a comer à mesa do Orçamento contra as promessas dos socialistas e de Sócrates

O Presidente do PSD, Luís Marques Mendes esteve, no Domingo, em Santa Marta de Portuzelo (Distrito de Viana do Castelo) para o tradicional almoço de Natal da Distrital, este ano naquela aprazível povoação vianense.

Na reunião, que decorreu com grande e entusiástica presença de militantes e simpatizantes, o Presidente do PSD, falando aos convivas, manifestou-se “revoltado” com a anunciada criação de uma empresa para gerir a reforma da Administração Pública que, acusa, vai “aumentar o número de administradores e estruturas”, colocando “mais boys a comer à mesa do Orçamento”.

O líder social-democrata recorda que o Governo prometeu “eliminar institutos”, mas está a fazer “exactamente o contrário”, prevendo que a nova empresa pública “ainda pode vir a criar outras” na sua alçada. “Isso significa mais administradores, directores, estruturas e serviços. Mais despesa do Estado, paga sempre pelos impostos de todos os portugueses”, afirmou.

Marques Mendes garante tratar-se de “um sinal de como são os socialistas a governar”, fazendo “engordar o Estado e, ao mesmo tempo, emagrecer os portugueses e em particular a classe média” com “mais taxas e impostos” numa “flagrante injustiça social”. E acusa o Governo de ter “um apetite insaciável” por “controlar tudo e todos”.

“São os socialistas no seu pior”, afirmou, realçando os efeitos sobre a classe média: “Está cada vez mais asfixiada. Paga os erros do Governo e o despesismo do Estado”.

Para Marques Mendes, o Governo apresenta-se de “braços caídos, sem alma e sem objectivos”, numa altura em que o País precisa de uma estratégia para “voltar” a crescer ao nível da média europeia, nomeadamente através de medidas de apoio às Pequenas e Médias Empresas. “Devemos fazer diferente e fazer melhor”, concluiu.

“Assim, não vamos a lado nenhum”, alertou o líder do PSD, para afirmar que o objectivo deve ser pôr a economia a crescer “pelo menos três por cento ao ano”, para Portugal se aproximar da Europa. “Há sete



trimestres consecutivos que o investimento está a baixar em Portugal”, acrescentou.

Para Marques Mendes, o País vive “numa encruzilhada muito séria”. Em 2008, em termos de crescimento médio da União Europeia, descerá dois lugares, sendo ultrapassado pela Estónia e por Malta. “Há meia dúzia de anos, ninguém imaginava que estes dois países fizessem parte do nosso campeonato”, disse. – Fonte: DN, PL

Marques Mendes afirma que, sem Tratado Constitucional, a Europa está num impasse

O líder do PSD, afirmou, no dia 14, em Bruxelas que a União Europeia (UE) precisa de adoptar o Tratado Constitucional para definir novas regras de funcionamento, que lhe

permitam sair do impasse em que caiu.

“É importante que a Europa seja capaz de sair do impasse político e institucional em que caiu nos últimos anos, ou seja, tem de definir novas regras, tem de resolver a questão do Tratado Constitucional”, disse Luís Marques Mendes.

O líder social-democrata esteve em Bruxelas para participar na cimeira do Partido Popular Europeu.

Esta cimeira antecede o Conselho Europeu que reuniu, na quinta e sexta-feira, os chefes de Estado e de Governo dos 25 estados-membros da UE.

Marques Mendes referiu ainda que as regras que regerem uma Europa a 15 são insuficientes uma vez que, a partir de dia 1 de Janeiro, integra 27 estados-membros.

“Basta olhar para o que tem sucedido nos últimos conselhos europeus e deverá acontecer neste que vai agora iniciar-se: são muito poucas as decisões concretas, palpáveis e mobilizadoras que deles têm saído”, exemplificou.

Para o líder do PSD, esta situação “dá a imagem de uma Europa sem ambição, sem objectivos, de uma Europa que não consegue verdadeiramente ser competitiva à escala global”.

Sobre a decisão de congelamento de alguns capítulos nas negociações de adesão com a Turquia, que deverá ser sancionada neste Conselho Europeu, Marques Mendes diz ser uma atitude “de princípios e de firmeza” por parte da UE.

O processo de ratificação do Tratado Constitucional Europeu foi interrompido o ano passado, após a vitória do “não” nos referendos em França e na Holanda.

O Governo português já manifestou o desejo de relançar o processo durante a sua presidência da UE, no segundo semestre de 2007, mas a maioria dos analistas prevê que a solução do impasse só aconteça na presidência francesa, exactamente um ano depois.

– Fonte, Lusa, Gab. Press. EU/Lisboa

Actividades do PSD

José Cesário, em Macau, afirma que, em nome do PSD, vai pedir ao Governo explicações sobre a nova escola portuguesa de Macau

O deputado social-democrata José Cesário disse à agência Lusa que vai requerer ao Governo português explicações sobre os atrasos no processo de realocização da Escola Portuguesa de Macau e exigir mais acompanhamento de Lisboa na questão.

“O Ministério Português da Educação tem 51 por cento da Fundação da Escola Portuguesa de Macau que detém a instituição de ensino e verifico, nesta minha visita a Macau, que o processo está parado sem que existam explicações, pelo que pretendo esclarecimentos sobre o caso e um maior acompanhamento de Lisboa da situação”, afirmou.

José Cesário, que terminou uma visita a Macau no âmbito dos contactos com a comunidade portuguesa radicada em países fora da Europa, disse que na actual visita veio ser “testemunha” de que o processo da Escola Portuguesa, “apesar de importante, dificilmente terá uma resolução a breve prazo”.

A Fundação da Escola Portuguesa assinou com Stanley Ho um acordo para receber cerca de 28 milhões de euros para a construção de um novo edifício e para o fundo da escola, em troca da saída do local onde está a funcionar e que fica paredes meias com o novo casino/hotel Grand Lisboa.

Apesar de já vários locais terem sido apontados para a construção de uma nova escola, ainda não há uma aprovação final da nova localização.

O processo está inclusivamente parado devido à necessidade de obtenção de pareceres técnicos de instituições públicas para determinar se pode, ou não, ser construída na zona do Porto Interior.

Ainda em Macau, José Cesário disse ter verificado que o Ministério da Administração Interna está a recusar os bilhetes de identidade portugueses emitidos em Macau antes de 1999, situação que considera “irregular” e sobre a qual também vai pedir explicações ao Executivo de José Sócrates.

Em Lisboa, o deputado social-democrata vai ainda solicitar junto do Ministério da Educação o esclarecimento mais aprofundado dos



professores da Escola Portuguesa de Macau, sobre as implicações que o novo estatuto da carreira docente vai acarretar para as suas funções no território. - **Fonte: Lusa**

Na Assembleia da República, o PSD quer acusação de factos já investigados pelo Parlamento

PSD e CDS-PP apresentaram na quarta-feira passada, uma proposta conjunta para que o Parlamento pudesse promover acusação perante indícios de homicídio de figuras como o Presidente da República, o Primeiro-ministro e o Presidente da Assembleia da República (o chamado magnacídio), que seria aplicada a factos já investigados em inquéritos parlamentares.

“O PSD entrou neste processo com o objectivo de resolver a questão de Camarate. Está com esse objectivo”, declarou, na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Constitucionais, o dirigente da bancada social-democrata Montalvão Machado.

Em resposta ao presidente da comissão, Osvaldo Castro, que tinha defendido que “não é possível julgar Camarate, ninguém tenha ilusões nesta matéria”, Montalvão Machado declarou que “isso diz o senhor presidente, quem decide é o

tribunal”.

A proposta do PSD e CDS-PP não chegou a ser votada, face à aprovação de uma norma apresentada pelo PS, no sentido do Parlamento se constitua assistente e designe mandatário em casos de homicídio de membros de órgãos de soberania, entre outros.

Em substituição de propostas anteriores que obrigavam o Ministério Público a acusar, os dois partidos sugeriram que, perante indícios de magnacídio, o Parlamento promovesse a acusação “sob a responsabilidade e a iniciativa do Procurador-geral da República”.

PSD e CDS-PP disseram estar a aplicar um princípio já contido na Constituição, no artigo 130º, que atribui ao Parlamento a iniciativa do processo em casos de crimes praticados pelo Presidente da República no exercício das suas

funções.

À semelhança do PS, os dois partidos incluíram na sua proposta um artigo prevendo que “o procedimento criminal suspende-se desde a data da constituição da comissão de inquérito e até à data da publicação do seu relatório final”.

Além disso, PSD e CDS-PP incluíram um artigo estabelecendo que “o regime deste preceito legal aplica-se a todos os factos investigados em comissões de inquéritos, incluindo as já findas”. O PS considerou esta proposta inconstitucional, por violar a autonomia do Ministério Público, obrigando-o a acusar mesmo contra a sua vontade, mas o PSD retribuiu essa acusação à proposta socialista.

“Não poderíamos terminar pior. O PS insiste, numa manobra de pura cosmética legislativa, na figura do procurador especial, mas muda-lhe o nome para “mandatário”, cria uma estrutura judicial que não existe na lei, paralela ao Ministério Público, com um procurador “outsider”, argumentou o deputado do PSD.

Em declarações aos

jornalistas já depois da reunião da comissão parlamentar, o líder da bancada do PSD, Luís Marques Guedes reiterou a oposição dos social-democratas à criação de um “mandatário”, considerando tratar-se de uma “teimosia” do PS.

“O PS teimou, na fase final, em introduzir uma norma inaceitável. Muda-se o nome, mas não muda a essência”, afirmou Marques Guedes, insistindo que, com a criação da figura do “mandatário”, haverá “uma ingerência inaceitável do poder político nos tribunais”.

Marques Guedes adiantou ainda que, no debate em plenário das novas regras das comissões parlamentares de inquérito, agendado para 12 de Janeiro de 2007, o PSD irá apresentar uma proposta própria, votando contra o texto final que saiu da comissão parlamentar, que inclui a norma para a criação da figura do “mandatário”.

O líder da bancada do PSD disse, contudo, estar “convencido” de que a proposta do PS para a criação da figura do “mandatário” não irá “ver a luz do dia”.

“Estou convencido que o PS ainda vai retirar essa proposta e não irá forçar a sua aprovação”, acrescentou.

Sobre Camarate, Marques Guedes considerou ainda que “já não está ao alcance do PSD propor mais nada”, lamentando que o PS tenha inviabilizado a proposta conjunta do PSD e do CDS-PP. - **Fonte: Lusa, DN, TSF**





Intervenção no agendamento potestativo do PSD sobre o combate à corrupção e defesa da verdade desportiva

Deputado Fernando Negrão Assembleia da República, 13 de Dezembro de 2006

(...)

Apresentamos hoje um Projecto de Lei relativo ao combate à corrupção e à defesa da verdade desportiva, dadas as características particulares do fenómeno desportivo que atrai sobre si o interesse de multidões, do qual resulta um evidente interesse público.

Com ele se pretende clarificar a tipologia dos crimes, se agravam as respectivas molduras penais e, de forma inovadora, se criam novos tipos criminais, responsabilizando pessoalmente os clubes e associações desportivas e criminalizando as ofertas e os recebimentos de vantagens patrimoniais e não patrimoniais que sejam indevidas.

Este nosso projecto para quem tinha dúvidas aquando da sua apresentação, aí estão os acontecimentos das últimas semanas para comprovar por inteiro o acerto da iniciativa.

Há que dizê-lo sem rodeios.

O desporto não pode ser um mundo à parte na sociedade portuguesa.

Tem de ter regras e cumpri-las e quando tal não acontecer tem de haver investigação levada até ao fim e adequada sanção.

Mas,

(...)

O fenómeno da corrupção é evidentemente bem mais vasto e quero crer que aquela que poderá vir a ser, a muito curto prazo, a maior desilusão da democracia em Portugal, prende-se com a passividade e mesmo a desistência no combate à corrupção.

É até possível que este não seja o problema mais grave, dada a existência de outros, como o das finanças públicas ou o das alterações do Estado Social, que tocam mais profundamente a vida dos Portugueses.

Mas a desilusão maior é na incapacidade de combate à corrupção, se tal deixarmos que aconteça.

A democracia foi motivo para todas as esperanças. A maior a da liberdade. Porque com esta viriam o acesso à saúde, à educação à cultura, à dignidade no trabalho, bem como à livre iniciativa na economia.



Muito se avançou e muito mais teremos que alcançar. Mas este caminho terá de ser feito em comum. Entre governantes e governados. Embora com uma condição indispensável e que é a de **acreditar com confiança**.

Durante o regime autoritário, a corrupção era um tema proibido, vetado pelos “donos do poder”. Nas primeiras duas avassaladoras décadas de liberdade a procura de soluções para inúmeros outros problemas dominaram tudo e todos. Só mais recentemente se começou a ter a exacta noção de quão pernicioso pode ser o fenómeno da corrupção para o desenvolvimento económico e saúde democrática que tanto queremos para o nosso País.

É pois tempo, mais que tempo, de enfrentarmos o desafio **“das palavras à acção”**.

Foi esse o apelo do senhor Presidente da República no seu discurso do Dia da República.

Um apelo nacional, que procurou interpelar todos – cidadãos, poderes públicos, magistraturas, comunicação social e, em particular, titulares de cargos políticos.

O Partido Social Democrata de imediato assumiu as suas responsabilidades. Com convicção e com a clara noção de que há trabalho a realizar no plano legislativo, para a qual apresentamos já esta e uma outra iniciativa no quadro do Estatuto dos Magistrados, mas que é sobretudo no plano dos instrumentos para esse combate e na criação de condições para uma melhoria efectiva da sua eficácia que se deve apostar com determinação.

É que, **Senhores Deputados**, esta é uma criminalidade escorregadia, dissimulada, em que a falta de resultados concretos na perseguição judicial gera um perverso sentimento de impunidade que é altamente corrosivo para a responsabilidade social.

A sociedade precisa de exemplos e precisa de sinais, que evidenciem a efectividade e o êxito das instituições nesse combate.

Foi isso mesmo que pretendemos com a apresentação, a todos os Grupos Parlamentares de uma proposta de alteração orçamental visando aumentar o orçamento da Polícia Judiciária (PJ), na área do combate à corrupção, em 4.000.000 de euros, com vista a preencher lacunas

conhecidas na área da formação nacional e internacional e na contratação de peritos especializados, no investimento informático e de meios de comunicação, para assim, conferir maior celeridade às Investigações, bem como melhor qualidade técnica, face à sofisticação deste tipo de crime.

Infelizmente, nem todos nesta Câmara estão irmanados nestes objectivos. A maioria socialista virou as costas a este combate.

A leitura, Sras. e Srs. Deputados, foi a capitulação do Partido Socialista (PS) na luta contra a corrupção, através do chumbo desta proposta que nada tinha de interesse político/partidário, e tudo tinha de interesse para o País.

O resultado, Sras. e Srs. Deputados, será a continuação do combate à corrupção “à vista”, pois o PS diz que dará à PJ as verbas que sucessivamente ela for necessitando, o que só pode querer dizer que relativamente à luta contra um tipo de criminalidade que se caracteriza pela organização, complexidade, tecnicidade, sofisticação e muitos meios, o PS quer impedir que quem investiga construa uma estratégia de médio e longo prazo, contendo a definição das respectivas prioridades.

O resultado, Sras. e Srs. Deputados, será o de se manter o caminho aberto a uma maior organização e a uma mais acentuada actuação dos que através da corrupção corromem a economia, a democracia e o País.

Sejamos directos.

Foram boas notícias para a corrupção, mas foi um péssimo momento para o nosso Estado de Direito.

O Partido Socialista mostrou estar mais interessado em ser oposição ao PSD do que em se opor ao avanço da corrupção.

Incompreensível. Como incompreensível tinha já sido a sua atitude na Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias.

O PSD solicitou a audição na Comissão respectiva do Sr. Procurador-Geral da República (PGR) e do Sr. Director Nacional da Polícia Judiciária (DNPJ), a fim de juntar a um novo diagnóstico o conhecimento vindo de experiência feita, para que de forma concertada fosse possível juntar vontades políticas diferenciadas para avançar com medidas concretas no combate à corrupção.

O resultado foi a recusa, **isolada**, por parte da maioria do PS para que essas audições fossem efectuadas, assim reiterando o seu desinteresse no combate à corrupção.

Ainda assim o PSD não baixou os braços. Fomos à fala com o PGR e o DNPJ, com o que só confirmamos a importância de ambos serem objecto de audição nesta Assembleia, dada a relevância das preocupações manifestadas.

Vamos, pois, prosseguir na via percorrida até agora, mesmo não se conhecendo um só sinal do Governo ou da maioria, no sentido de trazer para a agenda política, como prioritário, o tema do combate à corrupção.

Sei que na bancada da maioria também há quem se sinta inconformado e incomodado com a passividade socialista. É, pois, tempo de fazerem ouvir a sua voz e não pactuarem mais com esta política de obstrução.

(...)
Todos sabemos da inexistência de critérios transparentes nas decisões relativas aos grandes concursos públicos, privatizações ou empreitadas. **Todos conhecemos** o registo de sobrecustos estranhos na execução de obras de grande



dimensão. Todos já percebemos a conversão sem regras do solo rural em solo urbano. Todos já estamos fartos de saber que o branqueamento de capitais é uma realidade, bem como o tráfico de influências, evasão e fraudes fiscais e contributivas. E, para culminar, todos já nos vamos apercebendo que é através da tentativa de financiamento dos partidos que esta rede procurará protecção para a sua impunidade.

Perante este quadro, que fazer?

Portugal está dotado de um adequado edifício legislativo para o combate a este tipo de criminalidade, com diplomas legais de iniciativa nacional e através da incorporação para o direito interno de directivas comunitárias. Faltando apenas a nível internacional a ratificação da Convenção de Mérida, elaborada no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra a corrupção.

Não é, pois, por aí que as coisas não andarão como gostaríamos.

Onde muitas das vezes quase tudo falta é na prevenção, aspecto sempre

muito pouco cuidado no nosso País, bem como na adopção de “boas práticas”, aspectos organizativos quase sempre descuidados por exigirem muita disciplina e sentido de eficácia na procura de resultados.

Na prevenção, é urgente proceder com regularidade a análises sobre os riscos da corrupção e adoptar um tratamento mais integrado sobre os seus aspectos éticos. Introduzir regras apropriadas para todos os funcionários da administração pública em matéria de transparência e de afastamento de conflitos de interesses. Completar os códigos de conduta existentes de forma a incluírem referências explícitas aos aspectos deontológicos e aos riscos de práticas de corrupção. Fornecer uma protecção adequada aos “declarantes de suspeita”. Ministrando formação permanente aos inspectores das contribuições e impostos em matéria de detecção de infracções de corrupção. Utilizar mais sistematicamente as investigações patrimoniais. Reforçar o contributo do dispositivo anti-branqueamento na luta contra a corrupção. Rever as disposições legais existentes em

matéria de detecção, apreensão, e perda dos produtos da corrupção e do tráfico de influências. (Recomendações do Grupo de Estados Contra a Corrupção - GRECO – a Portugal, no âmbito do 2º ciclo de avaliação).

No que às “boas práticas” diz respeito, é hoje consensual a importância decisiva de um sistema integrado de informação criminal, que funcione na respectiva recolha, tratamento e difusão. É hoje sabido que na área do combate à corrupção, é fundamental uma articulação feita de intimidade e respeito entre quem dirige a investigação e quem investiga. Hoje pode concluir-se que os chamados e conhecidos “mega-processos” são o produto de uma visão burocrática do funcionamento da justiça, sendo por isso necessário boa acessoria técnica e formação adequada de que resultem investigações geríveis, eficazes e com resultados. É hoje facto notório que quem dirige os inquéritos e quem investiga deve acompanhar o respectivo processo até à decisão final a fim de no futuro adequar os seus procedimentos à “cadeia de prova” definida e aceite pelos Tribunais.

Só com a instituição destas práticas se pode criar uma cultura de eficácia, aprendendo com os erros e procurando sempre a melhoria dos resultados.

(...)

Aqui ficam críticas e sugestões. As primeiras por nos parecerem justas, pois caso contrário não as fariamos. As segundas por as julgarmos indispensáveis e exequíveis. Embora a razão principal se prenda com o facto de na área da Justiça a política do Governo se poder resumir à medida relativa às férias judiciais, “insultuosamente” gerida contra os Magistrados e na área da investigação criminal e, mais concretamente, no combate à corrupção, no pagamento das dívidas que fez a PJ acumular.

É em nome de uma outra disponibilidade política dos órgãos de soberania, em que a Assembleia da República naturalmente se inclui, para enfrentar com determinação o cancro da corrupção que agendámos este debate.

Espero que ele possa constituir um ponto de viragem, na apatia, no desinteresse, na capitulação inaceitável de que esta maioria e este Governo têm dado mostras.

É tempo de exhibir outro empenho.

É isso que os portugueses esperam de nós.

É isso que a defesa do nosso Estado de Direito e a qualidade da nossa Democracia de nós exige.

(...)



Intervenção no encerramento do debate sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento 2006-2010

Deputado Miguel Frasquilho
Assembleia da República, 14 de Dezembro de 2006

(...)

O Programa de Estabilidade e Crescimento que acabámos de discutir é um prolongamento da versão que aqui nos foi apresentada no ano passado por esta altura. E portanto, tratando-se de um prolongamento, continua a enfermar dos mesmos erros, das mesmas omissões e dos mesmos problemas.

Começemos pelo cenário macroeconómico. O crescimento da economia até 2009 é o mesmo que se projectava há um ano atrás – e acaba, no último ano desta legislatura, com os milagrosos 3% prometidos pelo então candidato a Primeiro-Ministro José Sócrates em Fevereiro de 2005.

Em 2010, o cenário idílico mantém-se, tal e qual num conto de fadas. Só que aqui, Senhores Deputados, estamos a tratar da realidade, e o que aqui temos é um PEC que, a exemplo do anterior, é construído do fim para o princípio e, como tal, ferido de morte na sua credibilidade.

Isto além de que se trata de números que são muito mais optimistas do que os avançados pela Comissão Europeia, OCDE, FMI e mesmo o Banco de Portugal. Todos estes apontam para uma evolução bem mais modesta da nossa economia. Infelizmente, é certo – mas creio que bem mais realisticamente do que o Governo.

Contudo, se o crescimento da economia até 2009 é igual ao que se projectava em 2005, as semelhanças acabam aí mesmo. É que, agora, certamente inebriado pelo comportamento positivo – e ainda bem! – das exportações neste ano de 2006, o Governo resolveu aumentar as projecções para o crescimento anual da procura externa, ao mesmo tempo que reduz – e de que maneira – as previsões para o crescimento das componentes da procura interna, com destaque para o consumo privado e, sobretudo, o investimento. Tudo ajustado de forma prodigiosa para que o resultado final do crescimento do PIB seja o mesmo. Alguém acreditará em coincidências?!...

A verdade é que se trata de um contexto bem mais perigoso porque, ao confiar quase absolutamente nas exportações, o Governo alavanca



muito mais o nosso crescimento económico na vertente externa, que não é influenciável. E convém aqui lembrar que, para o próximo ano, se prevê um forte abrandamento da economia americana e da europeia, em particular da Alemanha. Terá o Governo esquecido que as taxas de juro do BCE deverão ainda continuar a subir em 2007? Ou que a taxa de IVA aumentará 3 pontos percentuais, para 19%, na Alemanha, afectando negativamente toda a Europa? Pois se não esqueceu, parece... bem como parece ter ignorado o efeito destes factos sobre as nossas exportações e sobre as endividadas famílias e empresas portuguesas.

A verdade é que o Governo queria apenas não baixar o crescimento do PIB; como a economia doméstica se encontra inegavelmente mais fraca, nada como aumentar as exportações até obter o resultado desejado. Oxalá me engane, Senhores Deputados, mas não me parece que o Governo esteja certo.

E aqui entram a trajectória e as opções orçamentais.

Julgo ser hoje uma evidência para todos – mesmo para aqueles que, como o Governo e o Partido Socialista, não o querem admitir – que se a economia doméstica está mais fraca do que se projectava anteriormente, para tal muito terá contribuído a delirante subida da carga fiscal quer em 2005, quer em 2006. E que continuará em 2007 e em 2008. No último ano e meio, bem avisámos o Governo das consequências nefastas que tal traria para a economia. Fez o Executivo ouvidos de mercador – infelizmente aí está o resultado a dar-nos razão.

Mas também em matéria fiscal e a exemplo do sucedido em 2005, o Governo ignora totalmente a irrefutável tendência internacional de desagramento da carga fiscal acompanhada de uma enorme simplificação dos sistemas fiscais. Neste PEC continuamos a não ver da parte do Governo uma única menção, nem sequer uma palavrinha, sobre um possível alívio da carga fiscal no futuro. Nem perante os enormes e louváveis ganhos resultantes do combate à fraude e evasão fiscais que têm existido e que são projectados. Enfim, uma verdadeira e lamentável voracidade fiscal que não poupa nada nem ninguém. O que nesta matéria se conhece é “só falado”: já se sabia, desde há umas semanas, que o Ministro das Finanças admitia descer os impostos em 2009, certamente por razões eleitorais. Ontem ficámos a saber que, afinal, se o crescimento for como se projecta, se a descida do défice não falhar, e se as reformas anunciadas para a despesa pública saírem do papel, então poderá ser em 2010 que os impostos baixem. Mas... é impressão minha, ou em 2010 estaremos já noutra legislatura?! Em que o Governo e o próprio Ministro das Finanças poderão ser outros... Fará algum sentido estar, agora, a admitir opções de política económica para 2010?!... Parece uma brincadeira, mas, sinceramente, uma brincadeira de muito mau gosto.

E do lado da despesa pública? Parece agora ter o Executivo acordado para as virtualidades da consolidação orçamental pelo lado da despesa. Pois se tal for verdade, saudamos o Governo. Mas convém recordar que chega com quase dois anos de atraso. E com danos

fortíssimos causados a famílias e empresas pelos aumentos de impostos aplicados.

Mas mesmo aqui, como hoje ficou provado, como se poderá levar a sério as descidas previstas para a despesa pública? O cenário parece idílico, os números são muito bonitos, mas como acreditar nas reduções previstas se até aqui apenas tivemos uma enorme catadupa de anúncios e muito pouco de aplicação prática?

Veja-se as poupanças com o pessoal, por exemplo – o que temos até agora? Apenas a publicação das leis orgânicas de cada Ministério no Diário da República, no final de Outubro; e a manutenção do congelamento das progressões das carreiras em 2007, uma medida extraordinária que não estava programada há um ano.

Quantos funcionários públicos existem a mais?

Quanto se poupará com a criação do quadro de excedentários?

Como se processarão, na prática, as operações de extinção, fusão e reestruturação de serviços no âmbito do famoso mas muito atrasado PRACE?

E a que poupanças financeiras conduzirão?

Nada disto é explicado. Ora, com estes atrasos e este *track record*, como se poderá acreditar que os números e os efeitos do quadro que ocupa a totalidade da página 34 deste PEC serão atingidos?

Até porque nem sequer sabemos como serão esses números atingidos! Porque não há nenhuma explicação sobre esta matéria ao longo de um texto que parece ter sido feito de propósito para encher muitas páginas e explicar muito pouco.

Muito mais se podia ainda dizer, Senhor Presidente Senhores Deputados, mas creio que já estamos em condições de concluir que este Programa de Estabilidade e Crescimento não serve os interesses de Portugal.

Não explica o que devia explicar. Omite o que não devia omitir.

Ignora o que não devia ignorar. Apresenta-nos um conjunto de números que não nos permite perceber por que são estes e não outros.

Assenta em pressupostos frágeis e num imenso *wishful thinking* da parte do Executivo que, somado a tudo o que se tem assistido nestes quase dois anos de Governança, infelizmente, não deixa antever nada de bom para o país.



Intervenção sobre o novo regime jurídico de atribuição do subsídio de desemprego

Deputado Miguel Santos
Assembleia da República, 15 de Dezembro de 2006



(...)

O novo regime jurídico de atribuição do subsídio de desemprego constitui um obstáculo à protecção social dos desempregados. Este Governo socialista, à custa dos direitos dos desempregados, à custa dos cortes nos direitos sociais e à limitação da protecção no desemprego pretende poupar dinheiro e equilibrar as contas públicas.

É lamentável que, perante tão gravosas alterações, o Governo socialista não tenha promovido um debate sério com a participação do Parlamento e que o grupo parlamentar do Partido Socialista se tenha alheado deste processo.

Com o regime aprovado, as empresas e os trabalhadores ficam fortemente limitados nas rescisões de contratos por mútuo acordo, em caso de reestruturações. O acesso ao subsídio de desemprego, nestes casos, fica limitado a um máximo de três trabalhadores ou 25 % do quadro de pessoal, por triénio, para empresas até 250 trabalhadores. Para empresas com mais de 250 trabalhadores, o novo regime permite o acesso à prestação até 62 trabalhadores ou até 20% do quadro de pessoal, com um limite máximo de 80 trabalhadores, em cada triénio. Nos restantes casos, a Segurança Social não paga o subsídio de desemprego.

O efeito prático destas medidas é o aumento de despedimentos colectivos ou, em alternativa, a inviabilização de pequenas e médias

empresas que necessitem de proceder a reestruturações, por forma a garantir a sua sobrevivência e a sua adaptabilidade às novas exigências do mercado global.

Mas, as novidades negativas deste novo regime vão mais além; Os trabalhadores que forem despedidos pelas empresas só terão direito a receber subsídio de desemprego, se o empregador não invocar justa causa de despedimento e, no caso de o fazer, o trabalhador terá de provar perante a Segurança Social de que já interpôs ou que vai interpor acção judicial contra o empregador para impugnar o despedimento. Enquanto não o fizer, não lhe será atribuído o subsídio de desemprego.

A verdadeira manipulação trazida pelo Governo Socialista e que vem na senda da actuação do Ministério do Trabalho e da Segurança Social é a que respeita ao controlo quinzenal dos desempregados. Na ânsia de controlar administrativamente os resultados do mercado de emprego este Governo criou, agora, mais um novo mecanismo controlador: Os beneficiários do subsídio de desemprego têm de se apresentar numa entidade ainda desconhecida, quinzenalmente, para **CONTROLO!!** Ou seja, cada desempregado subsidiado vai ter de se deslocar, por sua iniciativa e para além das intervenções normais dos centros de emprego, para controlo “presencial”. E não o fará para ser apresentado em alguma oferta de

emprego; não o fará para usufruir de alguma medida de promoção activa de emprego ou formação; Também não se trata de fiscalizar a situação efectiva de desemprego. Para tal, existem os serviços de fiscalização adequados e seria por aí que este Governo deveria ter actuado, reforçando os meios e o número de acções inspectoras.

Este controlo apenas visa proporcionar à administração a possibilidade de limpar ficheiros e de retirar subsídios de desemprego, em caso de falta.

Por fim, a nova fórmula de cálculo das prestações de desemprego e sua duração vai provocar enormes injustiças, vai

diminuir a protecção social dos desempregados, mas vai permitir ao Governo poupar mais alguns milhões de euros à custa dos desempregados. Há alterações no que respeita à duração das prestações que passa a estar indexada à idade e ao tempo de descontos. Ex. um jovem com 25 anos pode ter direito a 270 dias de prestação de desemprego, e outro, da mesma idade, a 360 dias.

O desnorte é tão grande que o Governo socialista, após aprovar um regime de subsídio de desemprego restritivo e limitativo, lança para a opinião pública o conceito da flexisegurança que é diametralmente oposto às regras agora aprovadas.

AGENDA PARLAMENTAR

TERÇA-FEIRA, DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2006, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA
Agendamento potestativo do PS

Discussão conjunta:

Proposta de Lei n.º 93/X (GOV)

Projecto de Lei n.º 257/X (BE)

Projecto de Lei n.º 248/X (PCP)

(Aprova o regime jurídico de entrada, permanência e saída de estrangeiros do território nacional)

QUARTA-FEIRA, DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2006, 15:00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 95/X (GOV)

(Autoriza o Governo a alterar o regime dos recursos em processo civil e o regime dos conflitos de competência)

Projecto de Lei n.º 325/X (BE)

(Regime de preços de energia para o consumo doméstico)

VOTAÇÕES às 18h00

QUINTA-FEIRA, DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2006, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate Mensal com o Primeiro-Ministro

VOTAÇÕES no final do debate



Intervenção sobre as apreciações parlamentares dos decretos-leis indispensáveis à boa aplicação do Novo Regime do Arrendamento Urbano

Deputado José Pereira da Costa
Assembleia da República, 15 de Dezembro de 2006

(...)

Com o habitual alarido político, ou melhor, com especial alarido político tendo em conta a matéria em apreço, aprovou o actual Governo socialista o denominado Novo Regime do Arrendamento Urbano, abreviadamente conhecido por NRAU, o qual foi objecto de publicação na respectiva série do Diário da República no já longínquo dia 27 de Fevereiro de 2006.

Ficou desde então o Governo, após publicação daquela Lei 6/2006 e nos termos do disposto no seu artigo 64º, obrigado a aprovar vários decretos-leis sobre diversas matérias, absolutamente indispensáveis à boa aplicação do Novo Regime do Arrendamento Urbano, o que, diga-se em abono da verdade, o Governo fez “tarde e a más horas”, mais propriamente em Agosto de 2006.

Tendo, ainda mais tarde e a piores horas, publicado apenas em 3 de Novembro de 2006, duas portarias, com os números 1192-A/2006 e 1192-B/2006, a primeira a aprovar o modelo único simplificado através do qual senhorios e arrendatários devem dirigir os seus pedidos e efectuar as suas comunicações a diversas entidades e a segunda que aprova a ficha de avaliação para a determinação do nível de conservação de imóveis locados regulando, entre outros, os respectivos critérios de avaliação.

Note-se, que algumas das disposições insertas em tais portarias, apenas entraram em vigor 30 dias após a publicação daquelas, ou seja, já no decorrer do corrente mês de Dezembro.

Esperava-se, finalmente que, quase um ano após a publicação da Lei 6/2006, o Governo permitisse agora a largos milhares de senhorios e inquilinos, há muito ansiosos por tal Lei, actualizar rendas, realizar obras, regularizar e adaptar normas contratuais, etc.

Puro e simples engano!

Porquanto, se é certo que, a montante, o governo embora de modo evidentemente leviano e manifestamente confuso a atabalhoado, tudo fez para a apressada aprovação da Lei em



causa, assim reconhecendo aliás de modo expresso a importância que o anterior governo à mesma sempre atribuiu, tem vindo, a jusante, a manifestar incompreensível e indesculpável desatenção pela viabilidade de aplicação da mesma.

A verdade é só uma: apesar da enorme propaganda política efectuada sobre tal Lei pelo Governo, em que este governo é de facto e cada vez mais absolutamente exímio, mostra-se este todavia absolutamente incapaz de solver os inúmeros obstáculos que visivelmente impedem a sua exequibilidade.

E de entre diversos motivos impeditivos destaca-se, inquestionavelmente, aquele que actualmente se verifica com a constituição das Comissões Arbitrais Municipais, criadas pelo Decreto-Lei 161/2006 de 8 de Agosto.

Informava há poucos dias um respeitável órgão de comunicação social, que apenas 19 dos 308 municípios teriam solicitado às diversas ordens profissionais informação sobre o seu representante na CAM respectiva.

O que, porém, se compreende facilmente esteja a verificar-se!

Já que o Governo não teve qualquer pejo em atribuir a responsabilidade de todos os encargos originados por tais comissões aos

municípios, sem ter todavia avaliado minimamente o montante financeiro de tais encargos.

Legitimando assim nos municípios o natural receio pelo custo da constituição daquelas CAM, as quais, pasme-se, podem atingir o exageradíssimo número de onze elementos todos eles remunerados com respectiva senha de presença, traduzindo-se tal atitude na inexistência ao momento de qualquer CAM no País, situação que, com elevada probabilidade, perdurará por longos meses em muitos municípios e certamente se verificará para sempre em muitos outros, os quais jamais irão proceder criação de tais comissões.

Não tendo aliás estes, qualquer exigência de ordem temporal para o fazerem, já que a Lei permite, em desastrada e, com o devido respeito, irresponsável norma transitória, que tal situação dure por tempo indeterminado, deixando atribuídas aos municípios, embora com carácter supostamente temporário mas seguramente que de modo definitivo, as competências administrativas e de acompanhamento das CAM enquanto estas não estiverem instaladas.

Ora sendo uma das condições sine qua non para que determinadas rendas possam ser actualizadas, a prévia determinação do coeficiente de conservação do locado, da exclusiva competência das CAM e única razão

de ser da sua existência, dúvidas não restam que o Governo socialista mais não teve que atitude precipitada, inconsequente e “politiqueira”, em aprovar tal Lei, sem que a mesma ainda hoje, passados dez meses após a sua publicação, tenha possibilidade de aplicação prática, em substancial parte da sua extensão.

O que sucede por sua inteira responsabilidade já que apenas ao Governo cabe resolver e decidir sobre tais matérias, o que profunda e sinceramente se lamenta.

Por uma questão de justiça e equidade sociais.

Há muito que os senhorios vêm os seus investimentos a esvaír-se no tempo e os inquilinos as casas que ocupam em eminente perigo de ruína.

Situação que ainda muito recentemente, conforme amplamente noticiado, aconteceu na baixa de Coimbra, distrito da minha residência, felizmente sem sequelas pessoais, o que sinceramente temo se venha a repetir num futuro próximo.

Situação da qual não escapará seguramente ileso o actual governo, dada a sua manifesta e notória incapacidade em tornar exequível uma lei por si próprio pensada e elaborada.

(...)



Intervenção sobre o regime de acesso e ingresso no ensino superior

Deputado Emídio Guerreiro
Assembleia da República, 15 de Dezembro de 2006

(...)

O DL n.º 147/2006, de 31 de Julho que hoje apreciamos mais não pretende que enquadre e, perdoem-me a expressão, “legalizar” o famigerado despacho interno do Sr. Secretário de Estado da Educação de 13 de Julho de 2006 que permitiu a repetição dos exames de Física e Química apenas aos alunos examinados na 1.ª fase, dando-lhes assim uma segunda hipótese, ao contrário dos demais jovens que, por critérios pessoais de gestão do seu estudo, optaram por escolher a 2.ª fase de avaliação.

As razões então invocadas pelo Governo, e expressas no referido despacho, nunca foram claras e muito menos devidamente explicadas!

Baseava o Senhor Secretário de Estado da Educação a sua decisão nas médias obtidas pelos alunos no exame dos programas novos que supostamente seriam inferiores à média obtida pelos alunos do programa antigo. Desde o primeiro momento tornou-se claro e evidente que este critério não se verificava em ambos os casos. De facto se na média obtida nos exames de Química o critério era aplicável, já no que respeita à média obtida nos exames de Física tal não acontece. Bem pelo contrário. A média obtida nos exames do programa novo é superior em 8 décimas relativamente à média obtida nos exames do programa antigo.

E que dizer dos resultados obtidos na disciplina de História? Também aqui como no caso da Química, a média alcançada nos exames do programa novo foi inferior aos resultados atingidos nas provas do programa antigo, e contudo não houve repetição de exames!

E que dizer do caso de Matemática? Onde as médias foram baixas e apesar de os exames serem rigorosamente iguais para ambos os programas os resultados foram totalmente diferentes!

A estes casos aplicar-se-iam os critérios definidos no despacho citado e contudo não houve segunda oportunidade para os alunos!

E que dizer do discurso da Senhora Ministra? Começou por nada dizer. Depois de uma intervenção do Dr. António Vitorino num programa televisivo senti a necessidade de dizer que de uma forma geral os

exames tinham corrido bem!!! Depois disse que em função dos resultados obtidos pelos alunos, o Ministério fez uma ponderação política dos mesmos e decidiu repetir os exames de Química e Física!!!

Afinal, havia ou não critérios justos e iguais para todos??? E que dizer da objectividade do critério da ponderação política de resultados de exames??

Como seria de esperar, com tantas trapalhadas, que objectivamente beneficiaram alguns alunos em detrimento de outros, dando uma segunda hipótese a uns e negando-a aos demais, sem qualquer critério de justiça e fazendo tábua rasa da igualdade de oportunidades a todos, os jovens e as suas famílias clamaram por justiça!

Por iniciativa do PSD decorreu nesta Assembleia a 20 de Julho de 2006 um debate de urgência sobre esta matéria. E infelizmente para todos os interessados, alunos e famílias, a Sra. Ministra foi incapaz de explicar o porquê desta absurda e injusta decisão. Foi até confrangedor ouvir os argumentos atabalhoados e desconexos que a Sra. Ministra utilizou para justificar o injustificável!!!

E foi profundamente lamentável ver a total insensibilidade da Sra. Ministra perante o drama de tantos jovens e de tantas famílias perante esta injustiça.

E foram tantos os jovens que ao fim de 12 árduos anos de trabalho viram o seu esforço a ser posto em causa por uma decisão arbitrária!

(...)

Estes factos e estas evidências decorreram ainda antes do Governo aprovar o DL que hoje apreciamos! Ou seja, primeiro o Governo alterou de forma arbitrária e injusta as regras dos exames, determinantes para o acesso ao ensino superior e depois, face à indignação que de Norte a Sul grassou, aprovou este DL que regula o acesso e ingresso ao Ensino Superior, legislando, pasme-se, permitindo novas ponderações políticas de futuros exames!!!



Mas desde o Verão muitos acontecimentos relacionados com este problema têm vindo a acontecer! Desde logo dezenas de famílias recorreram à Justiça.

E também aqui se acentua a injustiça da opção tomada pelo Governo.

É que centenas e centenas de jovens injustiçados, por razões de ordem pessoal e financeira, não tiveram a possibilidade de recorrer à justiça!

Ou seja, com este governo, quem tem meios pode contestar, pode proteger-se das más decisões do governo e quem não tem meios fica para trás!!! Será isto justiça social? Será isto proporcionar a igualdade de oportunidades? Ou mais não será uma política que acentua as desigualdades?

(...)

As primeiras sentenças das acções interpostas nos Tribunais, por mais de 70 famílias, têm sido claras:

As decisões Judiciais concluem pela ilegalidade da decisão da Senhora Ministra. E todas concluem que a decisão da Ministra prejudicou alguns candidatos ao ensino superior, beneficiando outros.

Vejamos o que nos dizem alguns excertos destas sentenças:

Os Tribunais dizem, por exemplo e passo a citar: “é cristalino que o direito/garantia de igualdade de oportunidades no regime de acesso ao ensino superior sofre um ataque inadmissível com a manutenção da actual situação”.

Ou dizem noutra excerto que “além desta ofensa injustificada e inadmissível, foi violado o princípio da protecção da confiança ao serem alteradas as regras do regime de acesso ao ensino superior sem que essas alterações tivessem uma vocação universal”.

Ou ainda (outra citação) “é indubitável que a alteração introduzida, na data em que o foi e com efeitos retroactivos, prejudicou os candidatos”.

De resto, o Juiz interroga-se mesmo se (volto a citar) “não terá sido o facto do Ministério da Educação ter olvidado procedimentos anteriores que evitassem a média tão baixa nos exames de Química que originou toda esta problemática?!”.
(...)

Em face de todos estes acontecimentos que mais será preciso para o Ministério da Educação assumir responsabilidades, para reconhecer os erros cometidos e, principalmente, para pedir desculpa aos cidadãos que foram gritantemente prejudicados, encontrando soluções que visem atenuar as injustiças criadas? Os jovens alunos, as suas famílias e todos aqueles que acompanharam e acompanham este assunto, desde Julho aguardam por este acto de humildade por parte do Governo que teima em não o fazer!!!

E é em face deste comportamento discricionário, injusto, ilegal e autista do Governo que o PSD, em Projecto de Resolução que acaba de entregar na mesa, propõe a cessação da vigência do DL n.º 147/X que regula o regime de acesso e ingresso no ensino superior.

O que pretendemos é muito simples:

Impedir que a lei passe a prever a possibilidade de, por critérios absolutamente subjectivos, qualquer membro do Governo possa interferir na ordenação das candidaturas ao ensino superior.

A contestação generalizada a esta filosofia que o Governo pretende implementar – dos Tribunais aos professores, das famílias às associações científicas – deve obrigar o Partido Socialista a repensar a sua posição.

Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

“Pela primeira vez, as três mais importantes instituições da União Europeia reconhecem a existência, no espaço europeu, de aspectos negativos na globalização” - Silva Peneda

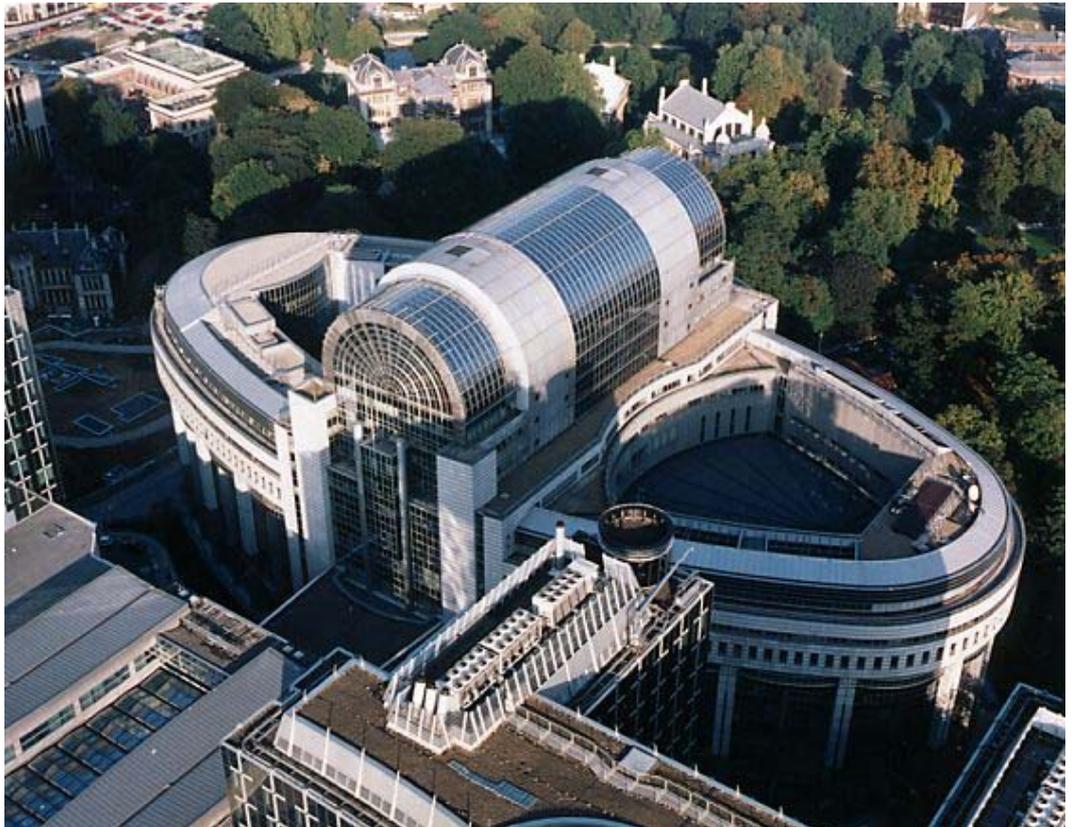
A Sessão Plenária do Parlamento Europeu, que decorreu esta semana em Estrasburgo, aprovou a proposta de regulamento que institui o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG), o Relatório Bachelot.. De recordar que no início de 2004 o Deputado do PSD Silva Peneda defendeu, neste mesmo plenário, um mecanismo com estas características que, reconhecendo algumas consequências negativas da globalização, deveria apoiar directamente os trabalhadores desempregados numa determinada região claramente afectada por este fenómeno.

Com o objectivo de permitir que o Fundo possa entrar em vigor já em 2007, a relatora negociou directamente com a Comissão e com o Conselho no sentido de encontrar um consenso logo em primeira leitura e evitar o processo legislativo normal atrasaria decerto a aprovação deste fundo.

No acordo hoje aprovado é de salientar a maior flexibilidade introduzida pelo Parlamento Europeu no acesso ao FEG, permitindo que um maior número de situações possíveis sejam abrangidas, e que é claramente favorável ao interesse português, ao contrário do que aconteceria se se mantivesse a versão inicial da Comissão que iria abranger apenas situações que preenchessem os critérios objectivos (ver abaixo nota de background).

Segundo Silva Peneda “O Fundo de Globalização ao ser aprovado simultaneamente pelo Conselho, pela Comissão e por este Parlamento, no Acordo Interinstitucional que aprovou as Perspectivas Financeiras 2007/2013, tem uma leitura política clara: pela primeira vez, as três mais importantes instituições da União Europeia reconhecem a existência, no espaço europeu, de aspectos negativos na globalização.”

“Com o encerramento de unidades industriais, como resultado da deslocalização de certo tipo de produção e com o consequente aumento do desemprego, há claros sinais de preocupação em amplos



estratos das nossas sociedades. Por isso vemos que a preocupação das pessoas, nos dias de hoje, não é lutar por mais direitos, mas sim tentar, pelo menos, manter a situação actual.”

“Para largos estratos da nossa sociedade há como que um certo medo, um medo do futuro” mas para Silva Peneda “os medos só se vencem se existir disponibilidade para mudar.”

É exactamente neste ponto que baseia o essencial do Fundo agora aprovado. Quando as pessoas estão intranquilas e receosas é muito difícil aceitarem qualquer tipo de mudança. O FEG é, sobretudo, uma forma de ajudar a mobilizar os trabalhadores mais vulneráveis para a mudança. Segundo Silva Peneda “este instrumento não é, nem pretende ser, a solução milagrosa para os despedimentos, reestruturações, encerramentos e deslocalizações de empresas. “

“A razão de ser deste fundo tem apenas a ver com as pessoas que se

encontram em situação muito vulnerável e que queremos que voltem a encontrar, tão rapidamente quanto possível, um elevado grau de auto estima” terminou o Deputado europeu.

Apesar de caber, em primeiro lugar, às autoridades de cada Estado-Membro, a nível nacional, regional ou local, reagir aos choques desencadeados por alterações importantes na estrutura do comércio mundial, o FEG centrar-se-á nos casos de despedimento que se revistam de uma dimensão europeia, devido à sua gravidade e impacto no território em que está implantada a empresa (ou empresas) que deu origem às perdas de empregos. Como afirmou a Relatora “o FEG constitui um sinal de solidariedade europeia e um complemento dos esforços dos Estados-Membros”.

O apoio prestado pelo FEG tem como objectivo conferir maior visibilidade à solidariedade europeia para os trabalhadores afectados e, de

uma forma mais geral, para os cidadãos da União.

*

Informação de Background: O relatório da Deputada BACHELOT apresenta uma série de alterações à proposta inicial da

Comissão tendo em vista alargar o âmbito de aplicação do Fundo, aumentar os beneficiários do mesmo e clarificar melhor as acções que poderão ser financiadas. Para garantir a boa utilização destes apoios os Estados-Membros serão obrigados a introduzir um sistema de avaliação que permita seguir, desde o início do período de apoio, os efeitos das diferentes acções.

Para se enquadrar neste fundo será necessário preencher algumas condições, como por exemplo existir pelo menos 1 000 despedimentos numa empresa, incluindo se neste número os trabalhadores despedidos de empresas suas fornecedoras ou produtoras a jusante, ou 1 000 despedimentos, num período de doze



meses, numa ou mais empresas, em particular, pequenas ou médias empresas, num sector ao nível 2 da NACE, numa região ao nível NUTS II.

No caso dos mercados de trabalho de pequena dimensão, como é o caso do nosso país, ou em circunstâncias excepcionais devidamente justificadas pelo Estado-Membro, um pedido de contribuição do FEG poderá ser considerado admissível, mesmo que as condições atrás referidas não se encontrem totalmente reunidas, se os despedimentos, em número não inferior a 500, tiverem graves repercussões no emprego e na economia local.

Será concedida uma contribuição financeira de solidariedade europeia a medidas activas com incidência no mercado de trabalho que possam inscrever-se num conjunto coordenado de serviços



personalizados destinados a reintegrar profissionalmente os trabalhadores vítimas de despedimento, nomeadamente assistência na procura de emprego, orientação profissional, formação e reconversão específicas, nomeadamente em competências ligadas às tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e validação da experiência adquirida, ajuda à recolocação e promoção do espírito empresarial ou apoio ao exercício de uma actividade por conta própria, à realização de projectos de cooperação ou à retoma de empresas, e ao micro-crédito;

O Relatório exige ainda à Comissão Europeia um maior “esforço em matéria de controlo, de investigação e de informação” para compreender melhor o problema da deslocalização em toda a sua amplitude, incluindo previsões que tenham em conta até que ponto a

concorrência internacional já está a afectar as indústrias da UE, além de programas adequados de recolha de dados sobre as tendências em termos de quantidade e composição sectorial dos empregos deslocalizados, análises exactas dos custos económicos da deslocalização (incluindo uma avaliação das perdas de receitas fiscais e das despesas sociais necessárias para apoiar os trabalhadores despedidos), dados sobre a recolocação dos trabalhadores e os seus novos níveis salariais e uma análise dos efeitos nas comunidades. - Duarte Marques

Parlamento Europeu aprova REACH

“Vamos ter uma Europa com menos químicos perigosos e o nosso exemplo está já a ter um efeito de contágio noutras partes do Mundo” Carlos Coelho

O Parlamento Europeu aprovou hoje em segunda leitura o Relatório relativo ao Regulamento REACH que fará o Registo, Avaliação, Autorização e Restrição das substâncias químicas colocadas no mercado europeu e que cria a Agência Europeia dos Produtos Químicos.

Os Deputados do PSD votaram favoravelmente o acordo alcançado que conseguiu o apoio de mais de 500 eurodeputados

Pelas suas implicações aos níveis da Competitividade e Inovação, Saúde, Ambiente e Sociedade, esta tornou-se numa das reformas mais polémicas dos últimos tempos, por ter uma grande transversalidade que levou a uma elevada participação dos mais variados sectores da indústria, consumidores e ambientalistas.

No final de todo este processo a opinião generalizada no Parlamento Europeu é a de que “foi encontrado equilíbrio virtuoso” entre as pressões da Indústria e dos Ambientalistas. À saída da sessão o Deputado do PSD Carlos Coelho afirmou “estou satisfeito com a solução encontrada. Vamos ter uma Europa com menos químicos perigosos e o nosso exemplo está já a ter um efeito de contágio noutras partes do Mundo”

O REACH pretende vir a colmatar lacunas existentes no conhecimento de que dispomos actualmente sobre os químicos existentes no mercado. Dos cerca de 100.000 produtos químicos que se estima existirem, apenas são conhecidos perto de 3.700. Espera-se que este regulamento venha dar a conhecer as características dos cerca de 30.000 que são produzidos ou importados para a Europa em quantidades superiores a 1 ton/ano.

Para cada substância será efectuado um registo. Para tal, o produtor ou importador de uma substância ou artigo que pretenda comercializar na Europa, deverá registá-la ou a todas as substâncias que esse produto contenha. A comercialização de artigos que contenham substâncias perigosas (cancerígenas, mutagénicas, tóxicas para a reprodução, etc) será sujeita a uma avaliação e consequente autorização ou restrição da sua colocação no mercado.

Em relação aos custos para a Indústria que poderão advir do REACH, Carlos Coelho disse estar “obviamente preocupado com os custos de implementação e que o grupo do PPE fez o melhor que podia para os diminuir e tornar menor a burocracia para as PMEs” acrescentando que “não há benefícios sem esforço” e que “os estudos da Comissão prevêem a longo prazo



poupança em matérias de saúde e protecção ambiental em muito superiores aos custos de implementação”.

O deputado do PSD comentou também que “é importante informar as pessoas e o REACH prevê muita disponibilização de dados na internet e mesmo nos rótulos dos produtos. No futuro a aprovação pelo REACH pode vir a servir como um certificado de qualidade.”

A verdade é que o exemplo do REACH começou a ser seguido um pouco por todo o mundo, com o “Toxic Substances Control Act” na Califórnia e o “SAICM - Strategic Approach to International Chemicals Management” da ONU. Ontem o Canadá foi o mais recente país a anunciar a preparação de legislação que pretende regular, e até eliminar, os químicos mais perigosos.

(Veja todos os detalhes e perguntas frequentes sobre o REACH em: <http://www.carloscoelho.org/dossiers/reach>) - Duarte Marques

Notícias da Madeira

Alberto João não quer que PR seja “orientador de estágio” de Sócrates

O chefe do governo madeirense, Alberto João Jardim, afirmou hoje que o Presidente da República poderá transformar-se “no orientador de estágio do engenheiro Sócrates”, caso decida promulgar a Lei das Finanças Regionais e o Orçamento de Estado.

“Não queria ver o Presidente da República, em quem votei e em quem tenho total confiança, transformado no orientador de estágio do engenheiro Sócrates”, disse Jardim, no Funchal, no encerramento da discussão do Plano e Orçamento regionais para 2007, no parlamento madeirense.

Num discurso de quase duas horas, o governante insular acrescentou que o “povo soberano” votou neste Presidente da República para ser “um contra-poder, independente, da política do primeiro-ministro, e não para orientar o estágio de Sócrates”.

Rejeitou ter tido alguma vez a intenção de se demitir face à actual conjuntura e que “se o Presidente da República tem dúvidas” sobre estas matérias deveria “ouvir o povo madeirense que em maioria votou nele e ver que a saída é a dissolução do parlamento”.

Jardim anunciou ter já elaborado a lista de entidades (Estados e instâncias) a nível internacional a quem a Madeira pretende denunciar “o que está a ser feito à Região”.

“Depois dos factos consumados vamos fazer chegar a todos os sítios a forte campanha do governo português, as patifarias, sem ideias de separatismo. Vamos mostrar a careca do que se passa em Portugal”, afirmou.

Jardim criticou os cortes financeiros determinados pelo executivo central à Madeira, declarando que “mais uma vez a história repete-se, o povo madeirense está a ser roubado, agredido, e o autor é o governo de terrorismo político do secretário-geral do PS, incompetente e despesista”.

“A Madeira está a ser roubada, foi roubada durante 250 anos, durante os quais três quartos do que produzíamos foi sonogado pelo poder central”, referiu.

E adiantou: “acusam-nos de ser um fardo para o país, quando representamos 0,37 por cento do Orçamento de Estado, temos uma população que é 2,5 por cento da do País e o dinheiro que vem de Lisboa representa 0,14 por cento do PIB. Quem está a ganhar com a Madeira é o Estado”. Sobre a Lei das Finanças Regionais disse ser “a canalhice



levada ao extremo” e classificou o Orçamento de Estado para 2007 de “tresloucado” e “altamente desastroso” porque “vem aumentar a despesa corrente e diminui o investimento, o que implica também aumento do desemprego”.

Reiterou as acusações ao actual executivo da República, que chamou de “governo Vasco Gonçalves II”, sustentando que “está a fazer uma “jogada meramente partidária” face às vitórias eleitorais do PSD nesta Região e que adoptou uma “estratégia para retirar meios à Madeira”.

“Vamos aguardar civilizadamente as decisões do Tribunal Constitucional e dos tribunais comuns, aos quais recorreremos, e do Presidente da República”, declarou ainda o líder insular.

Jardim garantiu que face à actual situação os madeirenses “devem sentir-se preocupados, mas não em desespero” e que o executivo madeirense “vai realizar o programa de governo”, admitindo ser necessário fazer algumas “adaptações”.

Sobre o Orçamento Regional para 2007, na ordem 1.556 milhões de euros, menos 0,2 por cento que o do ano em curso, disse que, “apesar do garrote financeiro, continuará a ser tanto quanto possível virado para o investimento”, área em que prevê um acréscimo de 1,6 por cento.

Realçou que as prioridades são o social, o incentivo ao sector produtivo e ao emprego e o reforço

da promoção turística.

O Orçamento Regional para 2007 foi hoje aprovado com os votos favoráveis do PSD, contra do PS, BE e PCP e abstenção dos dois deputados independentes e CDS.

Por seu turno, a aprovação do Plano aconteceu com os votos a favor da bancada social-democrata, abstenção dos socialistas, populares e independentes e contra dos representantes dos bloquistas e comunistas. - Fonte: Lusa

Orçamento e Plano para 2007 passaram com os votos do PSD-M

A Assembleia Legislativa da Madeira no dia 17 o Orçamento e Plano para 2007, numa sessão que foi marcada pelo abandono dos membros do Governo Regional quando o presidente do PS-M, Jacinto Serrão, subiu ao pódio para usar da palavra.

O Plano foi aprovado, na generalidade, pelos deputados do PSD-M, mereceu a abstenção do PS-M, CDS/PP-M e dos dois deputados independentes e a rejeição do PCP-M e do BE-M.

O Orçamento, de 1.556 milhões de euros, menos 0,2 por cento do de 2006, registou os votos a favor do PSD-M, a rejeição do PS-M, PCP-M e BE-M e a abstenção do CDS/PP-M e dos dois deputados independentes.

Na discussão e aprovação destes dois documentos, o líder do Grupo Parlamentar do PSD-M, Jaime Ramos, ao falar sobre a política nacional, anunciou que o seu partido vai solicitar a inconstitucionalidade do Orçamento de Estado para 2007 no caso do Presidente da República o promulgar, por não ter sido cumprido, pela Assembleia da República, a lei de audição das Regiões autónomas.

“Espero que o Presidente da República não promulgue o Orçamento sem primeiro voltar a ouvir as Regiões Autónomas, como determina a lei de audição”, disse Jaime Ramos.

“E se o fizer vamos pedir a inconstitucionalidade depois da sua publicação”, acrescentou.

Jaime Ramos manifestou “o apoio incondicional” dos deputados socialistas-democratas aos dois diplomas e acusou a oposição de “demagogia” e de não ter “propostas válidas”, lembrando que os tempos próximos não vão ser fáceis.

“Temos uma lei de Finanças Regionais imposta apenas por vingança política e por objectivos eleitorais por gente medíocre que deliberadamente quer prejudicar a Madeira e os madeirenses”, disse.

Acusou ainda os deputados do PS-M, no caso da aprovação da Lei de Finanças Regionais, de ser “um bando de agachados que permanentemente se curvam submissos perante Lisboa, quais sopeiras do poder central”. - Fonte: Lusa

«Baixa-Chiado»: Governo assume apoio à requalificação da Frente Ribeirinha e do Terreiro do Paço.

“Uma boa notícia para a cidade”, foi como o presidente da Câmara, António Carmona Rodrigues, classificou o anúncio feito pelo ministro Nunes Correia, onde o Governo assume apoio à requalificação da Frente Ribeirinha e do Terreiro do Paço.

Em conferência de imprensa realizada nos Paços do Concelho, o presidente da Câmara, reagiu com satisfação ao anúncio feito pelo ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Francisco Nunes Correia, pelo qual o Governo se compromete a assegurar a requalificação da frente ribeirinha entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia, no âmbito do Projecto de Revitalização da Baixa-Chiado proposto pela Câmara.

Este Projecto propõe um vasto conjunto de medidas destinadas a revitalizar aquelas zonas emblemáticas da cidade, segundo sete vertentes estruturantes: a requalificação do espaço público e a melhoria das condições de mobilidade (responsabilidade municipal), a recuperação do edificado (parceria entre privados e Câmara), a criação de um espaço comercial a céu aberto (iniciativa privada com apoio municipal), a intervenção no Convento de S. Francisco e outras áreas culturais, a requalificação da frente ribeirinha e o reordenamento da ocupação dos edifícios do Terreiro do Paço, por iniciativa governamental. Foram estas duas últimas vertentes que o Governo agora se compromete a assegurar.

Se a intervenção no Convento de S. Francisco não foi já assegurada (podendo vir a sê-lo na segunda fase do projecto, 2010-2020), o facto de o Governo se comprometer com as duas outras acções já na primeira fase (2007-2010) foi considerado por Carmona Rodrigues como “uma decisão que vem premiar a qualidade do trabalho desenvolvido”.

Carmona Rodrigues manifestou ainda grande satisfação por o Governo incluir a Câmara na sociedade mista que, através da Parque Expo, irá promover aquelas duas grandes intervenções (Governo - 60%, Câmara - 40%). Recorde-se que a Câmara vai recorrer a uma Sociedade de Reabilitação para a prossecução das intervenções de sua responsabilidade.



“Vamos agora trabalhar com o Governo os termos em que esta sociedade mista irá trabalhar, bem como os instrumentos financeiros e de intervenção urbanística em se se irá apoiar”, adiantou o edil lisboeta.

Projecto de plano de pormenor do Bairro da Liberdade foi já apresentado

Os moradores do bairro da Liberdade, Campolide, vão conhecer hoje o projecto de plano de pormenor que está a ser elaborado pela Câmara de Lisboa para a zona, numa acção promovida pela autarquia para recolher contributos da população.

A vereadora do Urbanismo da Câmara de Lisboa, Gabriela Seara, apresentou no fim da primeira quinzena deste mês, à população, a proposta de requalificação do bairro para recolher contributos dos moradores, segundo o presidente da Junta de Freguesia, Jorge Gonçalves (PSD).

“Não vale a pena fazer um plano para a requalificação do bairro sem saber o que os moradores querem”, afirmou Jorge Gonçalves, considerando que a opinião dos moradores é “extremamente válida” para o plano de pormenor.

Jorge Gonçalves adiantou que a população foi avisada do encontro através de editais colocados na freguesia alguns dias antes.

A vereadora Gabriela Seara já tinha apresentado em Março um projecto de plano de pormenor para o Bairro da Liberdade - em que convidava a oposição a apresentar projectos alternativos - que previa a demolição do bairro e o realojamento das cerca de 900 famílias que ali residem, na mesma zona em edifícios

até oito pisos.

Gabriela Seara explicou que o bairro está sujeito a diversas condicionantes, como a existência do caneiro de Alcântara, do Eixo Norte-Sul, do Aqueduto das Águas Livres, classificado como monumento nacional, e do eixo de protecção ao Parque de Monsanto, além da própria situação da encosta, que já foi sujeita a obras de estabilização.

O projecto de requalificação do bairro vai obrigar a Câmara de Lisboa a recorrer à negociação e expropriação, uma vez que a zona cresceu, na sua maioria, de forma ilegal em terreno privado, adiantou em Março a Vereadora, acrescentando que a recuperação deverá custar 100 milhões de euros.

O projecto de plano de pormenor será discutido em reunião camarária, tendo de ser depois submetido à Assembleia Municipal de Lisboa e posteriormente enviado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT).

Em Fevereiro de 2004, 280 famílias saíram do Bairro da Liberdade devido ao perigo de derrocada da encosta e foram realojados em bairros municipais ou em casas alugadas pela autarquia enquanto decorressem as obras de estabilização do talude, previstas para um período de oito meses, findo o qual regressariam.

Na reunião estiveram presentes a vereadora do Urbanismo, o presidente da Junta de Freguesia de Campolide, a presidente da Assembleia de Freguesia e alguns técnicos que participam na elaboração do documento.

Gabinete da Criança reuniu pela

primeira vez

O Gabinete da Criança, “órgão executivo” da Assembleia da Criança - cuja primeira sessão se realizou no passado dia 26 de Outubro - teve a sua primeira reunião no dia 14 de Dezembro, com a presença do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Carmona Rodrigues.

Esta primeira reunião do Gabinete da Criança realizou-se nos Paços do Concelho, na Sala das Sessões Públicas da Câmara Municipal de Lisboa.

O Gabinete da Criança, que emana da Assembleia da Criança, é composto por 21 elementos: dez representantes de entidades com responsabilidade no Concelho de Lisboa na área da infância, dez crianças da capital representantes dos seus pares e um representante da CML, que preside.

A sua função é eminentemente consultiva, cabendo-lhe dar parecer sobre os assuntos relativos à criança nas temáticas da mobilidade escola/casa, das infra-estruturas, da segurança nos parques infantis e nas zonas lúdicas.

Este Gabinete tem ainda, como missão pronunciar-se acerca do Plano de Actividades da Câmara Municipal de Lisboa nas decisões relacionadas com as crianças do Concelho e da necessidade de criar e desenvolver na cidade actividades para todas as crianças, de forma a combater a exclusão e promover a igualdade de oportunidades.

A educação, a promoção do bem-estar, as aprendizagens não formais das crianças fazem-se todos os dias e em contextos muito diversificados. Porque a cidade tem um enorme leque de ofertas nas áreas da cultura, do lazer, das expressões plásticas, do ambiente e do desporto, deverão ser criadas condições para os públicos mais novos, de modo a apoiá-los na descoberta de si mesmos, de novos interesses e de novas actividades, sendo mesmo, motores para novos projectos e desafios.

Para além do papel de sensibilizador das políticas de ordenamento e planeamento urbano para estas questões deverá também propor a organização de conferências, seminários e colóquios sobre temáticas relativas à criança e a todos os intervenientes no processo educativo. - **Gab. Imp. CML**

Notícias do Porto

Circuito da Boavista vai acolher uma prova do Mundial de Turismo

Depois de ter conhecido tempos áureos nas décadas de 50 e 60 e de no ano passado ter «ressuscitado» com a realização do Grande Prémio Histórico do Porto, o Circuito da Boavista vai de novo fazer história no panorama automobilístico internacional, ao acolher, no fim-de-semana de 6 a 8 de Julho de 2007, uma prova do Campeonato do Mundo de Turismo, o que constitui um facto inédito em Portugal.

O evento, da iniciativa da autarquia portuense, foi hoje apresentado no Palácio do Freixo, numa cerimónia que contou com as presenças do Secretário de Estado da Juventude e Desporto, Laurentino Dias, do Presidente da CMP, Rui Rio, e do Presidente da KSO, empresa promotora da FIA World Touring Car Championship e Vice-Presidente da Canal Eurosport, Jacques Behar, além de diversas outras personalidades ligadas ao sector.

Na ocasião, Francisco Santos, da Talento - a empresa promotora do evento - rubricou um acordo com Jacques Behar, que permitirá a realização de provas do Mundial de Turismo por três anos em Portugal: em 2007 no Porto, em 2008 no Estoril e em 2009 de novo no Circuito da Boavista.

A prova de WTCC/Racing Festival - como é oficialmente denominada - será, aliás, o prato forte de dois fins-de-semana consecutivos de grandes emoções no mítico Circuito portuense, já que, de 13 a 15 de Julho, realizar-se-á a segunda edição do Grande Prémio Histórico do Porto, que a organização pretende ainda mais grandiosa do que a de 2005, que, apesar de ter sido a primeira, se traduziu num êxito assinalável.

A projecção mediática e turística da cidade, da região e também do país - como assinalaram, em total sintonia de opiniões, Laurentino Dias e Rui Rio - contribuiu decisivamente para a união de esforços, no sentido de dar um passo que o Presidente da CMP não quis que fosse «maior do que a própria perna».

«Esta nossa aposta teve em mente todo o potencial associado a estes



eventos, a nível de captação do Turismo, que, no entender da CMP, constitui um sector estratégico para o Porto e respectiva Área Metropolitana», destacou o autarca, salientando a necessidade de se tratar de uma iniciativa «financeiramente equilibrada».

De resto, para o autarca o Circuito da Boavista, pela sua história e tradição, mas também pelo seu rejuvenescimento, constitui uma marca importante para a cidade, que Rui Rio deseja ver perdurada no futuro.

Dos três circuitos urbanos que são palco de provas do Mundial de Turismo, o da Boavista é considerado o melhor, tanto pelas suas próprias características como pelo seu enquadramento geográfico, que lhe favorece esteticamente a imagem, um factor importante em termos mediáticos, já que será transmitido para mais de 40 países.

Por seu lado, Laurentino Dias, que falou igualmente em nome da Secretaria de Estado do Turismo, cujo titular não pôde estar presente, destacou a importância e amplitude do evento, bem como a disponibilidade de o Governo em apoiar desafios - como foi o caso deste lançado pela CMP - e não factos consumados.

Ainda no capítulo dos apoios, salientou a transparência na divulgação de todas as participações e financiamentos

governamentais, publicados de seis em seis meses no Diário da República, ao abrigo de uma lei que, curiosamente, foi proposta em 1993 por Rui Rio, então na qualidade de deputado.

Francisco Santos informou que, ao nível da organização, a prova de WTCC fará deslocar ao Porto 700 a 1000 pessoas. Por outro lado, afirmou esperar um retorno mediático na ordem dos 18 a 20 milhões de euros.

Comerciantes de Carlos Alberto e Carregal homenageiam Rui Rio

Um grupo de comerciantes de Carlos Alberto e Carregal ofereceu esta segunda-feira um jantar ao Presidente da CMP, como forma de lhe expressar o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido no âmbito da reabilitação da Baixa em geral, e em particular pela conclusão do Túnel de Ceuta e requalificação da Praça Carlos Alberto.

Rui Rio agradeceu a iniciativa, que contou igualmente com a presença de Laura Rodrigues em representação da Associação de Comerciantes do Porto, declarando que ser alvo do reconhecimento das populações é o mais importante para quem exerce cargos públicos, no caso concreto a presidência da autarquia portuense.

O autarca salientou, ainda a propósito da requalificação da Baixa, o contributo que sobre essa matéria

será dado pela reformulação da Praça de Lisboa, cujo projecto foi aprovado pela Assembleia Municipal. A importância da realização, pela primeira vez em Portugal, de uma prova integrada no Mundial de Automóveis de Turismo, no Circuito da Boavista, mereceu igualmente uma referência especial de Rui Rio.

Por outro lado, o autarca mostrou-se disponível para analisar, em conjunto com a Associação de Comerciantes do Porto, a possibilidade de a CMP poder vir a apoiar a cobertura da Rua de Cedofeita,

correspondendo assim a um velho anseio dos comerciantes aí estabelecidos. Tudo dependerá, todavia, dos custos associados a essa intervenção.

«Porto Mais»

A Câmara Municipal do Porto, através da Direcção de Recursos Humanos, criou recentemente o programa «Porto Mais» que visa promover um processo contínuo de valorização dos colaboradores, que se encontram em situação de pré-aposentação ou já aposentados.

No âmbito deste programa, terá lugar amanhã no Pavilhão Rosa Mota, o Almoço de Natal do Aposentado da Câmara Municipal do Porto. Esta iniciativa tem como principal objectivo criar um espaço de reencontro e confraternização entre colaboradores da Câmara do Porto que já se encontram aposentados. O programa, além do almoço, contempla animação musical e está prevista uma simbólica homenagem aos 43 colaboradores que se aposentaram durante o ano de 2006. O encontro promete ser animado pois conta com 982 inscritos.

No início do mês, teve lugar uma acção de sensibilização e informação para os colaboradores que estão em situação de pré-aposentação. Esta iniciativa, que contou com a participação de 29 funcionários, pretendeu fornecer os instrumentos necessários à construção de um projecto para esta nova fase das suas vidas. - CMP

Percurso Histórico-Político de Portugal em exposição no Palácio de Queluz

Está patente, até 31 de Março do próximo ano, na Galeria de Exposições Temporárias do Palácio de Queluz a exposição “Presidentes de Portugal”, uma mostra que integra cerca de 300 peças e 200 documentos, vindos sobretudo da colecção do Museu da Presidência da República, mas também de outras instituições e colecionadores particulares.

O principal objectivo é traçar um percurso histórico e político de Portugal através da biografia política das 18 personalidades que, até à data, exerceram a mais alta magistratura da Nação.

Ao longo de uma sequência cronológica, o visitante fica a conhecer melhor a instituição presidencial portuguesa e a sua história, através de documentos, objectos pessoais dos antigos Chefes do Estado e presentes de Estado.

Objectos como a impressionante salva de prata recebida por António José de Almeida durante a sua visita ao Brasil, em 1922, por ocasião das comemorações do centenário da Independência; a espada usada por Manuel Gomes da Costa aquando do “28 de Maio de 1926” ou o “Iulik” timorense oferecido pelo Presidente Xanana Gusmão a Jorge Sampaio, em 2002, são apenas alguns exemplos de peças que é possível admirar.

Horário: de quarta a segunda-feira (das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00); conta com visitas guiadas, para as quais deverá ser feita marcação prévia (Tel. 21 434 38 60).

Eléctrico da Praia das Maças, para na véspera da Natal

O Eléctrico de Sintra vai estar parado a 24 de Dezembro, véspera de Natal (domingo), circulando normalmente nos dias 22 e 23. Também a 29, 30 e 31 de Dezembro o seu funcionamento está assegurado.

Esta paragem a 24 de Dezembro deve-se ao facto de haver uma menor tendência das pessoas para realizar este tipo de viagens e de proporcionar aos funcionários do Eléctrico a possibilidade de se deslocarem para junto dos seus familiares.

De destacar, ainda, o facto de a Câmara Municipal de Sintra ter aprovado na reunião de Executivo, de 24 de Novembro, o novo tarifário do Eléctrico de Sintra, que entra em vigor a 1 de Janeiro de 2007.

Este tarifário pretende ajustar e aproximar valores que cubram os custos de manutenção e exploração da linha e dos respectivos carros.

Outro dos objectivos passa pela idade e pelo valor histórico dos carros eléctricos, que não devem ter uma função predominante de transporte de massas, mas sim uma função de transporte regular, lúdico e histórico.

Uma das alterações introduzidas neste tarifário prende-se com a isenção de pagamento destinada a crianças com idade inferior a seis anos (anteriormente era 4 anos), desde que não ocupem lugar.

Também, os idosos com mais de 65 anos, que pagavam um euro, vêm agora a tarifa reduzida para 50 cêntimos na época baixa.

O novo tarifário é o seguinte:

ÉPOCA ALTA (1 de Abril a 31 de Outubro), Bilhete Normal: 2,00 E; Meio Bilhete (válido para idosos =>65 anos): 1,00 E; Crianças com idade =< 6 anos viajam gratuitamente desde que não ocupem lugar; ALUGUERES (por cada carro, motor ou atrelado), Normal: 200,00 E; Escolas do Concelho: 50,00 E; Escolas fora do Concelho: 80,00 E; Alugueres para fins comerciais e pacotes turísticos serão analisadas caso a caso

ÉPOCA BAIXA (1 de Novembro a 31 de Março)

Bilhete Normal: 1,00 E; Meio Bilhete (válido para idosos =>65 anos): 0,50 E; Crianças com idade =< 6 anos viajam gratuitamente desde que não ocupem lugar; ALUGUERES (por cada carro, motor ou atrelado), Normal: 100,00 E; Escolas do Concelho: 25,00 E; Escolas fora do Concelho: 40,00 E; Alugueres para fins comerciais e pacotes turísticos, valor a analisar caso a caso. – **Gab. Imp. CM Sintra**





Emigração

Governo quer encerrar 17 Consulados em 8 países

Segundo o último Boletim do Secretariado do PSD para as comunidades, o Governo pretende encerrar no próximo ano 17 consulados portugueses, entre os quais o único existente na Holanda, e um escritório consular, segundo um projecto de reestruturação consular agora divulgado pela Comunicação Social.

De acordo com o projecto, deverão ser extintos os consulados portugueses em Sevilha, Bilbao e Vigo (Espanha), Toulouse, Lille, Orléans, Tours, Versailles e Nogent (França), Roterdão (Holanda), Milão (Itália), Nova Iorque, Nova Bedford e Providence (Esta-dos Unidos), Hamilton (Bermudas), Santos (Brasil) e Durban (África do Sul).

No âmbito da nova reestruturação consular, o Executivo prevê transformar seis consulados em vice-consulados e um em escritório consular.

Os vice-consulados, que deverão ser criados no próximo ano em Frankfurt (Alemanha), Nantes e Clermont-Ferrand (França), Belém, Recife e Porto Alegre (Brasil), são dirigidos por funcionários consulares, deixando os postos de ser chefiados por cónsules.

Por sua vez, o consulado de Portugal em Curitiba (Brasil) deverá ser transformado em escritório consular.

A nova reestruturação consular prevê igualmente a criação de uma secção consular e de 10 consulados honorários, que têm como função representar Portugal no país onde está instalado, não possuindo competências para tratar serviços de registo civil e de documentos de identificação, como o Bilhete de Identidade e dos passaportes.

Os consulados honorários deverão ser criados em Sevilha, Bilbao, Vigo, Orléans, Tours, Toulouse, Milão, Hamilton, Durban e Windhoek, na Namíbia, onde até agora existia um escritório consular.

Com a extinção do consulado de Portugal em Roterdão deverá ser criada uma secção consular na Embaixada em Haia.

De acordo com o projecto, os serviços de Versailles e Nogent vão ser absorvidos pelo Consulado de Portugal em Paris.

Ao longo desta semana, o secretário de Estado das Comunidades, António Braga, apresentou o projecto da reestruturação consular ao Sindicato

dos Trabalhadores Consulares e Missões Diplomáticas, à Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses e ao Conselho das Comunidades Portuguesas.

António Braga pediu a estas entidades uma opinião até Janeiro.

Em declarações aos jornalistas na quarta-feira, o titular da pasta da Emigração referiu que a reestruturação consular vai ser lançada no início do próximo ano, devendo estar concretizada no terreno até final de Junho de 2007.

A medida, como resulta imediatamente das reacções das comunidades, é considerada "um grave erro" e está a provocar, já, fortes reacções negativas.

Nacionalidade portuguesa para filhos de imigrantes

Os filhos dos imigrantes nascidos em Portugal vão poder tornar-se portugueses desde sexta-feira, passada, dia em que a nova Lei da Nacionalidade entrou em vigor, depois de hoje ter sido publicado em Diário da República o respectivo regulamento.

Entre as alterações previstas na nova lei de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa, destaca-se o "reforço do princípio do 'iussolis'", lê-se no diploma.

O documento refere que foi tido em consideração o facto de "muitos descendentes de imigrantes, embora sendo estrangeiros, nunca tenham conhecido outro país, além de Portugal, onde nasceram".

Os filhos dos imigrantes africanos vão ser assim os principais beneficiários da nova lei, uma vez que são aqueles que há mais tempo estão em Portugal.

"Neste contexto, pela nova lei é atribuída a nacionalidade portuguesa de origem aos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores aqui tiver nascido e aqui tiver residência, independentemente do título, ao tempo de nascimento do filho", indica o diploma.

A nova lei abrange também "os nascidos em território português, filhos de estrangeiros que se não encontrem ao serviço do respectivo Estado, se declararem que querem ser portugueses, desde que no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há, pelo menos cinco anos".

Os menores filhos de estrangeiros

e nascidos em Portugal podem ser naturalizados se, "no momento do pedido, um dos progenitores aqui residir legalmente há cinco anos ou se o menor aqui tiver concluído o primeiro ciclo do ensino básico".

Para efeitos de atribuição ou aquisição de nacionalidade, a nova lei permite que a prova de residência pode ser feita através de qualquer título válido e não mediante a Autorização de Residência, como até aqui.

A nova lei vai beneficiar também os filhos dos emigrantes, que vão poder adquirir a nacionalidade portuguesa.

Segundo o diploma, também podem adquirir a nacionalidade portuguesa os filhos de mãe portuguesa ou pai português nascidos no

estrangeiro que pretendam ser portugueses.

A nova lei concede também a naturalização portuguesa aos "indivíduos nascidos no estrangeiro com, pelo menos, um ascendente do segundo grau da linha recta [netos] de nacionalidade portuguesa e que não tenham perdido essa nacionalidade".

Contudo, o Governo estabelece alguns requisitos, como o conhecimento da língua portuguesa e não terem sido condenados a penas de prisão igual ou superior a três anos.

A nova Lei da Nacionalidade foi aprovada em Fevereiro passado na Assembleia da República com os votos a favor do PS, PSD e PCP e abstenções do CDS-PP e Bloco de Esquerda - MCL

Notícias da Secção de Paris

Análise da Proposta do Governo sobre Reestruturação Consular

A Secção de Paris do Partido Social Democrata, ao ter conhecimento que o Governo já apresentou o seu projecto de Reestruturação Consular decidiu convocar uma reunião extraordinária do Plenário de militantes a fim de analisar a referida proposta que, sem prejuízo de informações e esclarecimentos que possam ainda vir a ser dados, prevê o encerramento de 17 Consulados – 6 em França - não correspondendo, minimamente, às necessidades actuais das Comunidades Portuguesas.

Acresce que este projecto, da forma como foi apresentado, está muito longe daquele que foi o discurso do Partido Socialista enquanto oposição e, muito particularmente, das promessas eleitorais que fizeram aos cidadãos eleitores dos círculos eleitorais da emigração.

A Secção do Partido Social-Democrata de Paris vai assim reunir em sessão ordinária no próximo dia 13 de Janeiro, Sábado, às 18.30 horas, na Association Reille, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS (Ponto único)

Reestruturação Consular.
- CPS/PSD, Paris

Comunicado

A criação da ESPAP traz água no bico!

O Governo prepara a criação da **ESPAP – Empresa de Serviços Partilhados na Administração Pública** para, no quadro do PRACE, desempenhar um conjunto de funções que, pela sua importância e dimensão, devem merecer a devida ponderação.

Essa nova empresa pública, segundo o documento que veio a público, terá a competência, para já, de *“assegurar a prossecução dos serviços partilhados no âmbito da Administração Pública, com a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e a gestão dos recursos humanos, do sistema nacional de compras públicas (SNCP), do parque de veículos do Estado (PVE) e do sistema de mobilidade especial”*.

São cinco áreas extremamente importantes da Administração Pública que passarão para a esfera de uma empresa pública, que as vai gerir segundo critérios, supostamente, de racionalidade económica e das boas práticas empresariais.

Defendemos, naturalmente, as vantagens da boa gestão empresarial, mas o que está a nascer com a ESPAP suscita-nos as mais profundas reservas.

De facto, com o PRACE e outras medidas que o Governo tem vindo a anunciar, o objectivo é reduzir a despesa pública, emagrecer o peso da Administração Pública e torná-la mais eficiente e transparente, em ordem a contribuir para a modernização do País.

Mas com a ESPAP configurada no documento em apreço, mais do que uma empresa, podemos estar a criar um poderoso instrumento de manipulação política. Senão vejamos:

1. A ESPAP pode criar novas sociedades. Cada empresa ou cada nova sociedade implica uma administração que, nomeada ou não pelo Governo, este acaba por ter sempre uma palavra. Esta situação é uma excelente oportunidade para satisfazer clientelas partidárias e ganhar cumplicidades políticas.

Cada administração implica também mais carros, mais motoristas, mais secretárias, mais assessores, mais clientelismo, mais despesa. Ou seja, o contrário do que o Governo afirma.

2. A ESPAP, para além de decidir sobre o estatuto do pessoal, regulamento de carreiras e regime contributivo, fica com a mãos livres para tomar um amplo conjunto de decisões, ao nível dos recursos humanos - sem concursos públicos - permitindo assim todo o tipo de amiguismo e “recrutamento” por recomendação do aparelho partidário socialista.

3. A ESPAP tem competências para, ao nível da gestão, priorizar os recursos financeiros e estabelecer a adjudicação de propostas de obras e a aquisição de bens e serviços, envolvendo verbas avultadíssimas, correspondendo desse modo aos interesses particulares que reclamam partilhar a gestão de algumas áreas da Administração Pública.

4. A ESPAP ao ficar como entidade gestora da “mobilidade especial de funcionários e agentes”, pode fazer a selecção desses trabalhadores, colocá-los ou não em novos postos de trabalho, ou até negociar as condições de rescisão do contrato, sem que o Governo seja directamente responsabilizado e desgastado com esse processo.

5. A ESPAP pode constituir-se como instrumento de desorçamentação de avultadas verbas e, de forma engenhosa, influenciar a baixa do défice público.

6. A ESPAP ou as sociedades que venha a criar, pode ser o princípio do desmantelamento do actual modelo da Administração Pública e a antecâmara da privatização desses seus segmentos empresariados, sem que o Governo tenha a coragem e assumo com clareza esse objectivo!

Digamos que a ESPAP, mais do que uma empresa pública, será uma **Administração Pública paralela**, sem estar sujeita às normas e ao rigor do Estatuto da Administração Pública.

Por isso, os TSD receiam que a ESPAP seja uma resposta para satisfazer os muitos e diversificados interesses, especialmente partidários, sem que essas mudanças tornem o sector menos oneroso para os contribuintes e mais competente e eficiente para servir os cidadãos e empresas.

Lisboa, 13 de Dezembro de 2006

O Secretariado Executivo

Comunicado

As “95 medidas” de apoio às pessoas com deficiência, só revelam a hipocrisia do Governo

O Governo apresentou hoje um pacote de “95 medidas” destinadas a apoiar as pessoas portadoras de deficiência.

São muitas medidas de apoio às pessoas que ainda agora, no Orçamento de Estado, viram ultrajada a sua dignidade pelo Governo, facto que nos faz desconfiar.

A quantidade, “95 medidas”, revela uma abundância de meios e um empenho do Governo contraditórios com a retirada de isenções fiscais aos deficientes, no Orçamento de Estado 2007, e leva-nos a pensar que tudo não passa de mais uma operação de marketing para tentar esquecer a má impressão com que a opinião pública encarou aqueles cortes do Governo.

A oportunidade, também não deixa de suscitar uma dúvida - tendo estas “95 medidas” sido aprovadas em Agosto passado e estando algumas delas já implementadas, não se percebe porque só agora foram anunciadas com pompa e circunstância e logo pelo Primeiro Ministro.

Na opinião dos TSD, o Governo ainda não tinha apresentado estas medidas, porque não lhe reconhecia importância política para lhe dar esse destaque. Mas perante a ignomínia do OE 2007, em considerar também os deficientes como uns “privilegiados”, o Primeiro Ministro achou por bem “transformar um rato numa montanha”, para se apresentar como um paladino da integração na sociedade daqueles que antes tão mal tratara.

Estas “95 medidas”, apesar do Governo afirmar que vão custar 320 milhões de Euros, pouco valem comparadas com o significado dos cortes fiscais feitos às pessoas portadoras de deficiência no OE 2007.

Estas “95 medidas” são apenas uma face da hipocrisia que marca a política governativa do PS e do Eng. José Sócrates.

Os TSD denunciam mais este anúncio propagandístico do Governo e manifestam a sua perplexidade com a ligeireza com que o Eng. José Sócrates recorre a este tipo de **truques para enganar mesmo os mais frágeis**.

Lisboa, 4 de Dezembro de 2006

O Secretariado Executivo

TSD de Lisboa Comunicado de Natal

Os TSD da Área Metropolitana de Lisboa, recordam aqui com carinho as famílias portuguesas e em especial os trabalhadores por conta de outrem, os funcionários que trabalham em diversos sectores de actividade, nas Escolas, na Administração Pública, Hospitais, PSP, GNR, Aeroportos, Banca, Comunicação Social escrita e falada, Estabelecimentos Prisionais, PMEs de serviços, seguros, escritórios e comércio, EPp, Clubes Desportivos, Associações, Sociedades, ONGs, Correios, Aguas, TLP, PT, APL, Partidos, Restauração, Lojas do Cidadão, Centros Comerciais, Lojas, Táxis, Metro, Carris, CP, Transtejo, Notários, Tribunais, Assembleia da República, Autarquias Locais, Ministérios, Transportes, Enfermagem, Museus, e tantos outros locais de trabalho que contribuem para a riqueza e desenvolvimento económico e social do País e nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa.

Os TSD da Área Metropolitana de Lisboa, também não se esquecem dos mais desfavorecidos da sociedade como os desempregados, os sem abrigo, as pessoas portadoras de deficiência, as crianças e os mais idosos sem familiares, todos eles, tantas vezes incompreendidos pela sociedade a que pertencemos.

Os TSD de Lisboa, querem dirigir uma palavra amiga, uma palavra de conforto, de ânimo, de vontade, de esperança a todos e desejam um SANTO NATAL, e que o ANO 2007 traga tudo o que desejam e precisam.

Os TSD de Lisboa AML desejam a todos os militantes e simpatizantes do PPD/PSD, da JSD e ASD, um Santo Natal e Próspero Ano 2007. – **TSD/Lisboa**

JSD promove Conferência



A iniciativa da CPN-JSD realizada no passado dia 14 de Dezembro em Mafra, subordinada ao tema «Desemprego: Principal preocupação dos Jovens Portugueses – Que Solução?», foi um sucesso, tendo estado presentes cerca de 80 pessoas dos mais diversos interesses e faixas etárias.

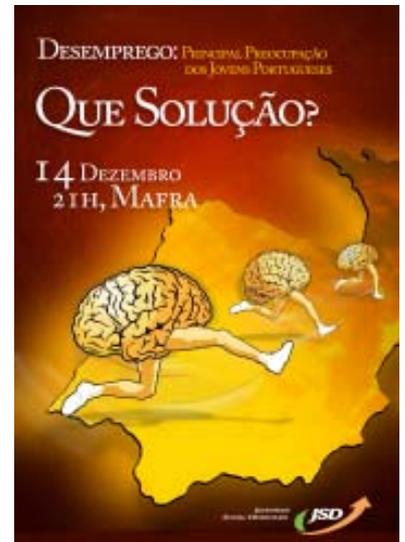
Uma menção especial aos oradores convidados, que depois de uma breve apresentação por parte da CPN (Daniel Fangueiro e Joaquim Biancard Cruz) sobre alguns pontos mais frágeis da temática, nos brindaram com excelentes intervenções, as quais queríamos referir num resumo muito breve os seus principais pontos.

O Sr. Dr. José Bancalheiro (responsável na área de recursos humanos, com um extenso currículo na área), numa tónica sempre muito positiva de abordar o tema alertou para os seguintes factos: o termino do conceito de empregos «seguros»; a aposta na «empregabilidade»; formação contínua – ao longo de toda a vida; a permanente mutação a que a nossa geração deverá estar sujeita – novas funções, novas profissões e mobilidade internacional.

Por seu lado o Sr. Prof. Luís Paes Antunes (deputado do PSD – actual vice presidente do PSD) disse que um tema destes deveria ser abordado dentro das seguintes linhas mestras: abandonar o conceito de intervenção paternalista do Estado na Economia; entender que nos dias que correm não há contractos «seguros», e por isso também deve-se abandonar um discurso antiquado que aborda a dita «precariedade» contratual de uma forma obsoleta; não temer a liberalização do mercado de trabalho; e enveredar sempre por um discurso moderno, pragmático e exigente sobre assuntos sociais.

De seguida houve excelentes intervenções/testemunhos da plateia das quais deveremos mencionar as seguintes: Vereador da Câmara Municipal de Mafra Dr. Armando Monteiro, dos nossos colegas da CPN Carlos Sezões, Carlos Franco, e dos militantes da JSD Nuno Ferro e Ricardo Caixeira.

No decorrer dos trabalhos e em tempo próprio será emanado pela CPN um documento sobre as tomadas de posição sobre o Desemprego Jovem.



JSD Ovar lança site e promove festa

Na passada quinta-feira à noite, a Juventude Social Democrata de Ovar apresentou o seu site a todos aqueles que se deslocaram ao Bar Kallash, numa noite de festa, que contou também com a presença de Pedro Neves, que fez com que os presentes soltassem fortes gargalhadas durante uma hora e meia.

Tiago Sousa, presidente da JSD de Ovar, salientou ao PRAÇA PÚBLICA que “a JSD nunca teve um site e este é uma porta para se conhecer a realidade desta estrutura política e uma forma de nos tornarmos mais conhecidos”. Por aquilo que nos foi dado a saber, a “Jota laranja” está com uma grande dinâmica e os elementos que a compõem estão cheios de ideias e dispostos a concretizá-las no mais curto espaço de tempo, como é o caso da realização de um fórum sobre um tema da actualidade, participação num acampamento a nível distrital, campanhas de rua e a realização de um espectáculo com nomes de âmbito nacional. No entanto, por agora os responsáveis da JSD de Ovar pretendem “trabalhar internamente e cativar mais jovens”.

Se porventura a mascote – Jotinha – ainda não era muito conhecida, ficou a sê-lo mais nesta noite de animação, de irreverência e boa disposição, onde também marcaram presença diversos elementos do PSD, como o presidente da concelhia, Álvaro Santos, entre outros.

Tiago Sousa fez questão ainda de referir que “as pessoas aderem à nova juventude, a esta nova energia” e o slogan da JSD de Ovar, “Segue o rasto, ouve a voz, junta-te a nós”, segue a lógica e dinâmica do partido, acabando por traduzir isso mesmo. Sem tradução e preconceitos foi a actuação de Pedro Neves, um jovem que já participou no programa televisivo “Levanta-te e Ri”, que preencheu o resto da noite. Demonstrando ter uma grande cumplicidade com Tiago Sousa, recorreu muitas vezes à sua figura para fazer stand up comedy. Desde férias no Algarve, até à religião, temas da actualidade, viagens rocambolescas, tudo serviu para Pedro Neves proporcionar uma noite espectacular a todos aqueles que durante cerca de 90 minutos assistiram à sua actuação. Por aquilo que ouvimos dos jovens sociais-democratas, agora há que esperar pela próxima iniciativa, que não irá demorar muito a surgir.





NÚCLEO DE PAREDE – SECÇÃO DE CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se a Assembleia de Núcleo de Parede, para reunir no dia 22 de Janeiro de 2007 (sexta-feira), pelas 20h30, na Rua do Jogo da Bola, Lote 1-A, c/V, em Carcavelos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 20h30 às 23h00

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Cascais de ou a quem substituir na sede do Núcleo de Parede, sita na Rua do Jogo da Bola, Lote 1-A, c/V sita até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SERNANCELHE

Nos termos dos artigos 50º, 51º e 56º dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes inscritos na Secção de Sernancelhe do PSD, para uma Assembleia Eleitoral, a realizar no próximo dia 20 de Janeiro de 2007, pelas 20h00, na sede concelhia do partido em Sernancelhe, na rua do Colégio, com a seguinte ordem de trabalhos

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 20h00 às 22h00.

SECÇÃO E

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção E, para uma Assembleia de Secção a realizar na sede da Secção E, no próximo dia 22 de Janeiro de 2007, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação e votação das contas de 2006;
3. Apreciação e votação do Orçamento de 2007;
4. Análise da situação política.

SECÇÃO F

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convoca-se todos os militantes da Secção F, de Lisboa, dotados de capacidade eleitorais activa para os órgãos locais, para reunirem do dia 25 de Janeiro de 2007, pelas 19h00,

na sede da Secção F, sita na Rua da Aliança Operária, 66, 1300-049 Lisboa, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00 do dia 25 de Janeiro de 2007, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no nº 5 do artigo 9º do Regulamento Eleitoral.

As listas candidatas para os órgãos da Secção a eleger directamente deverão ser entregues, até às 24h00 do dia 22 de Janeiro de 2007, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir, na sede acima referida, aberta para o efeito naquele dia, das 22h00 às 24h00.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valongo, em sessão ordinária no próximo dia 22 de Janeiro de 2007, segunda-feira, pelas 21h00, no Auditório Dr. António Machado, em Valongo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vizela, para reunir no dia 19 de Janeiro de 2007, pelas 21h00, na sede, sita na Rua Fonseca e Castro (Praça da República), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir.



ÉVORA

Nos termos dos estatutos nacionais da JSD e nos seus artigos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção de Évora da JSD para reunir no dia 26 de Dezembro de 2006 (Terça-feira) pelas 18h00 na sede distrital da JSD de Évora, sito na Rua Cândido dos Reis 48, em Évora com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Apresentação do Plano de

Actividades e Orçamento;

3. Outros.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Évora da JSD (Gonçalo Maria Gonçalves Lopes Figueira)

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Secção da Mealhada, para Plenário Eleitoral, a realizar na Sede do PSD/Mealhada, sita no Centro Comercial Jardim, no dia 20 de Janeiro de 2007, entre as 18h00 e as 20 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção de Mealhada e da Mesa de Plenário da Secção de Mealhada.

Nota:

As listas devem ser entregues entre as 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, (quarta-feira, 17 de Janeiro de 2007), ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Mealhada, sita na morada supra citada.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 18horas às 20 horas.

O Presidente da Mesa (Luís Miguel Brandão)

NÚCLEO DE ÁREA SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Área Sul da JSD, Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2007, (Sexta-feira), pelas 21h30, na Sede do PSD de Fafe, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política do Núcleo da Área Sul da JSD, secção de Fafe;

2 – Eleição da Mesa do Plenário de militantes do Núcleo de Área Sul da JSD, Secção de Fafe.

Nota:

a) As listas concorrentes terão de ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de militantes ou a quem o estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Fafe.

b) O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 22h30.

O Presidente da Mesa (Pedro Tiago Mendes Teixeira)

NÚCLEO DE GOLÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Golães da JSD, Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2007, (Sexta-feira), pelas 21h30, na Sede do

PSD de Fafe, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política do Núcleo da Golães da JSD, secção de Fafe;

2 – Eleição da Mesa do Plenário de militantes do Núcleo de Golães da JSD, Secção de Fafe.

Nota:

a) As listas concorrentes terão de ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de militantes ou a quem o estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Fafe.

b) O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 22h30.

O Presidente da Mesa

(Pedro Tiago Mendes Teixeira)

NÚCLEO DE SERAFÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Serafão da JSD, Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2007, (Sexta-feira), pelas 21h30, na Sede do PSD de Fafe, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política do Núcleo da Serafão da JSD, secção de Fafe;

2 – Eleição da Mesa do Plenário de militantes do Núcleo de Serafão da JSD, Secção de Fafe.

Nota:

a) As listas concorrentes terão de ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de militantes ou a quem o estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Fafe.

b) O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 22h30.

O Presidente da Mesa

(Pedro Tiago Mendes Teixeira)

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os militantes da Secção da JSD de Paços de Ferreira, para uma reunião Plenária a realizar no dia 28 de Dezembro de 2006 (quinta-feira), pelas 21 horas, na Sede Concelhia, sita na Av. dos Templários, 309 dir., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Informações;

Ponto 2 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa

(Joaquim Pinto)

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoco a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto, para o dia 20 de Janeiro de 2006, pelas 15 horas, na sede concelhia, sita no Loteamento do Quinchoso, Apartado 8, 4860-999

Cabeceiras de Basto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas, na sede concelhia das 15h às 17h. As listas deverão ser entregues até às 24h do 3.º dia anterior ao acto eleitoral na sede concelhia de Cabeceiras de Basto.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Braga (Pedro Rodrigues)

**C O O R D E N A D O R A
NACIONAL PARA O ENSINO
SUPERIOR DA JSD**

**NÚCLEO DE
ESTUDANTES SOCIAL
DEMOCRATAS DO
INSTITUTO
POLITÉCNICO DE
CASTELO BRANCO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Estudantes Social Democratas o Instituto Politécnico de Castelo Branco, sita na Rua do Pina,

n.º 6, 6000 Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação de Programas Eleitorais;

2 – Eleição da Mesa e da Direcção do NESDIPCB.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Coordenador Nacional para o Ensino Superior da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do PSD de Castelo Branco, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

O Coordenador Nacional para o Ensino Superior da JSD (Carlos Franco)

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da Murtosa, a reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2007, pelas 20h30, na Sede Concelhia do PSD, sita na Avenida 29 de Outubro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política

e Mesa do Plenário de Secção.

Nota: As listas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa, na Sede Concelhia, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos, nos termos do artigo 23.º, 4. As urnas estarão abertas entre as 20h30 e as 22h30.

A Presidente da Mesa (Joana Duarte)

TERRAS DO BOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoco a Assembleia de Secção de Terras do Bouro, para o dia 20 de Janeiro de 2006, pelas 15 horas, na sede concelhia do PSD 4840-100 Terras do Bouro com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas, na sede concelhia das 15h às 17h. As listas deverão ser entregues até às 24h do 3.º dia anterior ao acto eleitoral na sede concelhia de Terras do Bouro.

O Presidente da Mesa do

Conselho Distrital da JSD Braga (Pedro Rodrigues)

VIEIRA DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoco a Assembleia de Secção de Vieira do Minho, para o dia 20 de Janeiro de 2006, pelas 16 horas, na sede concelhia, sita Avenida Barjona de Freitas – Edif. Alto Minho 4850-521 - Vieira do Minho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas, na sede concelhia das 16h às 18h. As listas deverão ser entregues até às 24h do 3.º dia anterior ao acto eleitoral na sede concelhia de Vieira do Minho.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Braga (Pedro Rodrigues)